Debate Sindical

Nº 4
DEZEMBRO/JANEIRO/FEVEREIRO - 1988
Cz$ 80,00

COMISSÕES DE FÁBRICA

ÍNDICE

4 As comissões de fábrica e sua importância na luta operária

12 Os novos estatutos sindicais e a democratização das entidades

18 Cinco experiências de trabalho com a imprensa nos sindicatos

23 Causas e conseqüências da recessão na economia do país

29 O protesto brasileiro contra a execução de Sacco e Vanzetti

34 O nascimento do reformismo e sua interferência no Brasil

42 Cartas: sindicatos avaliam o conteúdo da *Debate Sindical*

Debate Sindical

A revista *Debate Sindical* é uma publicação do Centro de Estudos Sindicais (CES) de São Paulo. Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, fone 37-7300, CEP 01050, São Paulo, CGC 54.609.953/0001-80.

Coordenador do CES:
Eduardo Debrassi

Jornalista Responsável:
Altamiro Borges

Colaboram nesta edição:
Roseli Fígaro
Dennis de Oliveira
Juarez Tadeu de P. Xavier
Agenor da Silva
Umberto Martins
Clóvis Moura
José Carlos Ruy

Diagramação e arte:
Domingos de Abreu Miranda

Capa:
Bernardo Joffily

Observação:
Os artigos publicados não refletem obrigatoriamente o ponto de vista do Centro de Estudos Sindicais.

Assine *Debate Sindical*

(apenas Cz$ 320,00)

Faça hoje mesmo a sua assinatura da revista *Debate Sindical*. Receba em sua casa ou na sede do seu sindicato uma publicação especializada no estudo das questões sindicais. Uma revista de análise, polêmica e intercâmbio de experiências. A assinatura equivale a quatro números da *Debate Sindical*.

*** Recorte o talão e envie a assinatura para o Centro de Estudos Sindicais. Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, CEP 01050, São Paulo.**

Nome: .....
Sindicato: .....
Cargo: .....
Endereço: .....
Cidade: ..... Bairro: .....
Estado: ..... CEP: ..... Data: .....

Companheiro sindicalista

O quarto número da revista *Debate Sindical* aparece quando a Constituinte entra na fase final e decisiva da votação em plenário. O embate promete ser dos mais duros. Do lado da reação, a gritaria contra algumas resoluções progressistas aprovadas na Comissão de Sistematização. Os patrões esperneiam e se articulam para derrotar a estabilidade parcial no emprego, o pagamento das horas-extras em dobro, o irrestrito direito de greve. Os latifundiários, tendo à frente a terrorista UDR, querem bombardear qualquer referência à reforma agrária. Há ainda o ataque ao parlamentarismo, como sistema mais democrático de governo, ao mandato de quatro anos para Sarney, etc.

E do lado dos trabalhadores... Pelo menos até agora a *pressão organizada* do movimento sindical e popular foi pequena, tímida, aquém das possibilidades e necessidades. Existe o anseio de mudanças na base - nas fábricas, empresas, fazendas, bairros. Há também o grande descontentamento do povo com a situação atual do país, com seus graves problemas econômicos, sociais e políticos. Mas estes sentimentos ainda foram pouco canalizados, de forma organizada e compacta, para o interior da Constituinte.

Na guerra da votação em plenário, quem tiver mais força leva. No caso do movimento sindical, ou ele se articula para fazer valer suas teses, ou os empresários golpeiam as recentes e velhas conquistas dos trabalhadores. Esse é o momento decisivo. Depois não adianta chorar...

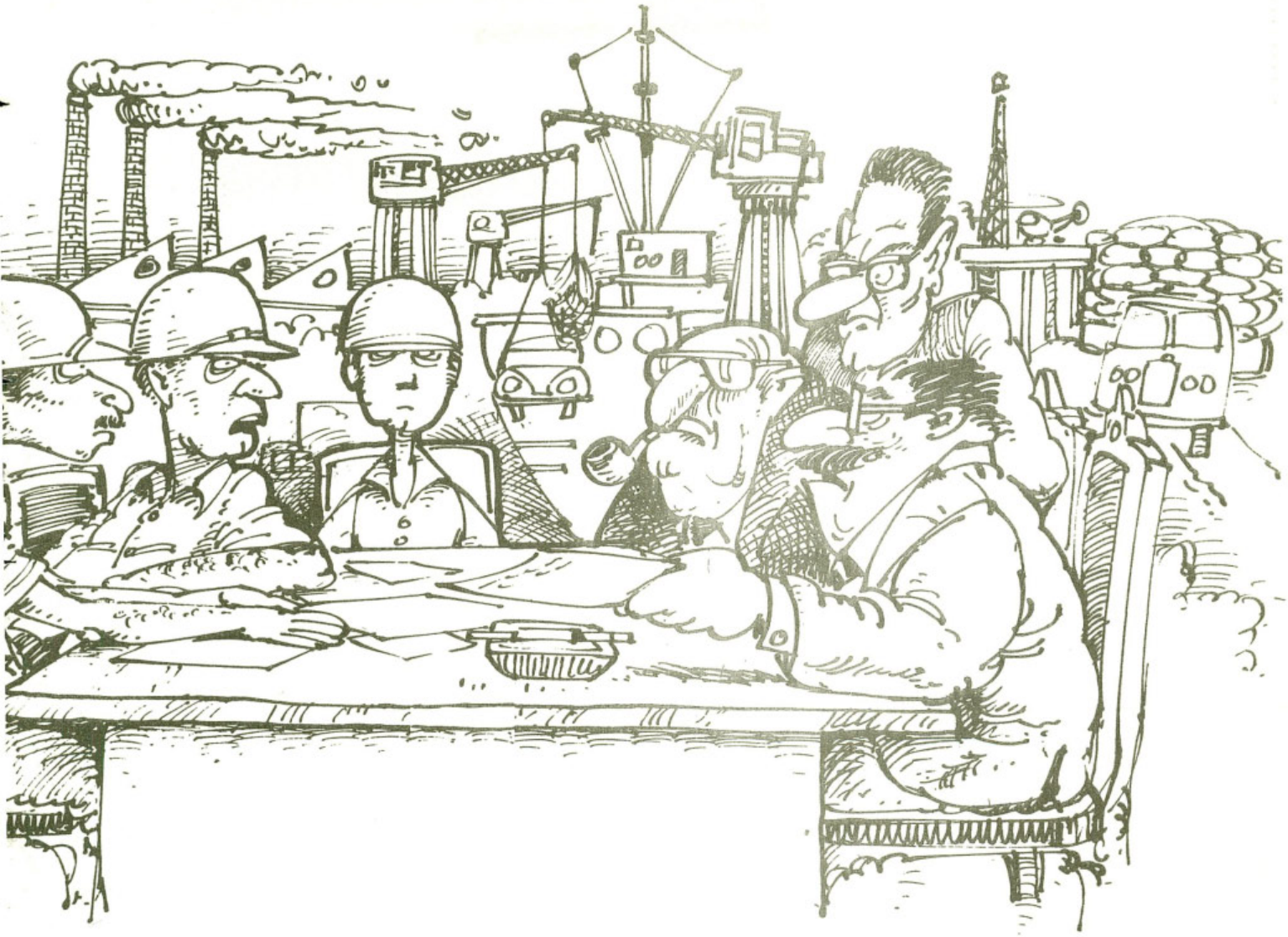
Como nascem e atuam as comissões de fábrica

Altamiro Borges *

* Diretor do Centro de Estudos Sindicais e jornalista responsável pela revista *Debate Sindical*.

Um rápido balanço da situação do movimento operário e sindical brasileiro nos últimos anos traz a tona duas evidências. Primeira, a de que houve um sensível avanço nas lutas e na organização dos trabalhadores. De um sindicalismo imobilizado e corroído pelo peleguismo, conseqüência do longo período autoritário do regime militar, passamos para uma fase de maior dinamismo dos sindicatos, de vastos ciclos grevistas e de retomada das articulações intersindicais. Segundo, a de que, apesar do ascenso, ainda há enormes debilidades.

Entre as debilidades, uma se destaca: a pequena organização nos locais de trabalho. Exatamente onde os trabalhadores passam a maior parte do seu tempo ativo e sentem de forma mais direta a contradição capital-trabalho, ainda não foram construídas sólidas fortalezas de luta contra a exploração e os sindicatos não criaram raízes profundas. Essa lacuna é perigosa e pode, inclusive, gerar uma falsa imagem de força. Está comprovado que a ausência de organização nas empresas torna o



movimento operário e sindical bastante frágil e vulnerável.

A experiência da década de 60 é bastante ilustrativa. Apesar do grande número de greves e da presença marcante do sindicalismo no cenário político, quando a reação desfechou seu golpe militar os trabalhadores não tiveram como resistir. A apatia foi grande. Faltou, entre outras coisas, a organização na base, num movimento que pecou pelo cupulismo e pelo reboquismo diante da burguesia. Pagamos caro por isso!

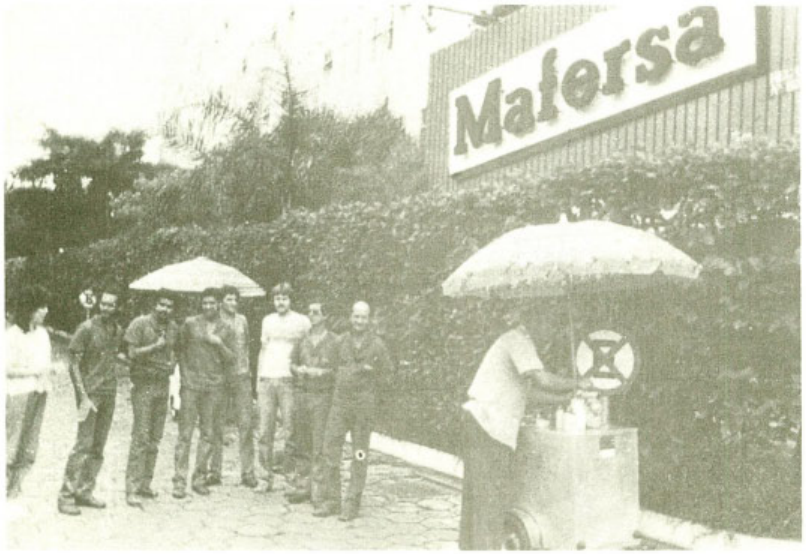
No sentido de superar essa grave debilidade, lideranças operárias e sindicais têm se preocupado mais com a penetração nos locais de trabalho. E nessa tarefa árdua, um instrumento se mostra muito eficaz: as comissões de empresas, mais conhecidas como *Comissões de Fábricas*.

Esse artigo visa mostrar a importância fundamental desse organismo, como nasce e atua. Também enfrentará as questões polêmicas, como a relação das comissões com os sindicatos e sua postura diante dos patrões.

No estudo das comissões de fábrica é necessário, antes de tudo, estabelecer uma definição precisa de seu conteúdo. Essa questão preliminar é importante porque existem diversas formas de organizações nos locais de trabalho e elas merecem distinção. Uma delas é o pequeno núcleo de ativistas que, na clandestinidade ou semilegalidade, procura encaminhar as lutas nas empresas. Seus membros não têm estabilidade no emprego, não são reconhecidos pela direção da firma e nem eleitos pelos funcionários. Em função disso, sua ação é limitada. Batizaremos esse núcleo de "grupo de fábrica".

Já a comissão de fábrica expressa um estágio mais avançado. É quando um grupo de fábrica ou outro tipo de organização tem força suficiente para obrigar o patrão a reconhecer formalmente a existência de um organismo interno classista, cedendo estabilidade a seus integrantes e outros meios de vinculação com o coletivo fabril - como quadro de avisos, sala de reuniões, negociações constantes, etc.

Sob essa ótica, a comissão de fábrica representa o conjunto dos trabalhadores de uma mesma empresa - sejam sindicalizados ou não. Ela não se confunde com uma comissão de greve, que aparece no momento do confronto e depois sucumbe diante da violência patronal. Seu caráter deve ser permanente, com estatutos definindo seu funcionamento. Os integrantes desse organismo são eleitos por todos os trabalhadores, que também decidem as formas para comandar e controlar sua atuação.



A comissão de fábrica da Mafersa nasce após intenso processo de luta e conta com a atuação dos cipeiros

A experiência recente demonstra que organizações desse tipo são muito eficientes na luta cotidiana contra a exploração, na guerra de guerrilhas da ação sindical. Por ser um organismo amplo, ela tem condições de unir os trabalhadores de uma empresa em torno de reivindicações imediatas e específicas e de vigiar as irregularidades existentes. Sua ação possibilita também um conhecimento mais detalhado da produção e dos métodos de dominação capitalista - informações que o sindicato não tem acesso.

Além disso, a comissão pode se tornar uma importante ferramenta para o fortalecimento do sindicato. Nas fábricas onde atuam tende a crescer o número de sindicalizados e participação dos operários nas asssembléias da categoria e outras atividades sindicais. Tendo o respaldo das comissões, o sindicato, que conta com um número reduzido de diretores afastados da produção, ganha um reforço decisivo no seu trabalho de mobilização e unificação do conjunto da categoria.

Uma forma mais democrática de representação classista

A comissão ainda é uma forma bastante democrática de representação operária. O controle dos representantes sobre os representantes se dá de forma direta, no dia-a-dia do processo produtivo. A medida que o trabalhador elege um companheiro da mesma seção seu vínculo fica maior. Isto também agiliza o processo de luta, uma vez que, estruturada nas seções das empresas, a comissão pode responder imediatamente a qualquer problema que surja - como, por exemplo, o despotismo de um chefe.

Por último, como organismo de luta no coração da exploração, a fábrica, possibilita a elevação do nível de consciência da classe. Sua ação prática torna mais visível a engrenagem da moderna empresa capitalista. Esta, além de fragmentar em centenas de partes a produção industrial, procura introduzir no meio operário a ideologia burguesa baseada na competição e concorrência entre os trabalhadores. Para isso, ela cria váris qualificações, faixas salariais diferenciadas e ergue uma burocrática hierarquia. Os regulamentos internos e a estrutura repressiva existem para preservar a autoridade absoluta da burguesia na fábrica.

A maioria das comissões surge em período de greve

Exatamente devido a esse grande potencial, os patrões colocam uma série de obstáculos para impedir o surgimento das comissões e, quando isso se torna inevitável, fazem de tudo para dominá-las. Para o capitalista, a empresa é um local sagrado. Ele não admite quenadadispute seu poder de mando. Por isso, todo o processo de organização interna dos trabalhadores é penoso, exige abnegação, persistência e habilidade.

Na maioria dos casos existentes, as comissões surgem a partir de lutas concretas. Dificilmente são fruto de negociações de bastidores com empresários. Elas também aparecem onde já existe um nível mínimo de organização, seja através de grupos clandestinos de fábricas, das Cipas atuantes ou de um diretor sindical de base organizador.

Segundo inúmeras pesquisas, a maioria das comissões legalizadas nasce em períodos de greves. Prova disso se deu com a retomada do movimento paredista em 1978. Nos aproximadamente 103 acordos salariais feitos nas greves de maio e junho deste ano, boa parte se efetuou via comissões internas de trabalhadores. Nesse processo, cerca de 35 empresas reconheceram as comissões - sendo que em 13 delas seus integrantes obtiveram estabilidade de um a dois anos. No ano seguinte, com o ascenso do movimento grevista (cerca de 430 paralisações, envolvendo mais de 3 milhões de trabalhadores), a luta pelas comissões ganhou maior peso - e vitórias.

Um estudo de 1984 mostra, mais uma vez, que as comissões são fruto dos confrontos de classe. Segundo o levantamento, das 22 comissões de fábrica pesquisadas, englobando 90 mil metalúrgicos e vidreiros, 17 foram arrancadas a partir de greves. As outras cinco também surgiram sob forte pressão - mas não via greve.

Na luta pela legalização das comissões de fábricas, vários instrumentos são utilizados. Nessa tarefa, o sindicato tem papel de destaque. Abandonando o comportamento paternalista de "resolver o problema pelo trabalhador", ele pode se tornar uma importante alavanca para a organização interna. Muitas entidades sindicais, inclusive, utilizam-se do momento de confronto, da greve, para exigir que uma comissão de trabalhadores participe das negociações com a empresa e que seus integrantes gozem de estabilidade. Nestas ocasiões também ocorre do patrão estar interessado em encontrar rapidamente um interlocutor válido para pôr fim ao movimento dos grevistas aguerridos. Esse interesse momentâneo pode ser inteligentemente aproveitado pelos sindicatos.

O grupo de fábrica - que deve almejar, acima de tudo, a conquista de seu reconhecimento - é outra arma fundamental. Na ação diária ele vai ampliando seus espaços no interior da empresa. Cada pequena luta - e vitória - é um novo estímulo e reforço, servindo para ganhar o coletivo para a idéia da organização. Muitos desses "grupos" fazem seus próprios jornais para aumentar a comunicação horizontal na empresa, divulgando a idéia da comissão de fábrica. Dependendo de sua força no momento do choque o grupo aparece como interlocutor do coletivo fabril e joga na mesa a reivindicação do reconhecimento.

Da mesma forma podem atuar as Cipas (Comissões Internas de Prevenção de Acidentes). Apesar de menosprezada por inúmeros sindicalistas, esse organismo é

útil na organização interna. Seus integrantes contam com alguma segurança no emprego e, além disso, tem um certo respaldo - já que são eleitos. Muitas comissões de fábrica tiveram sua origem em Cipas atuantes.

Os truques dos patrões e as formas de superá-los

Reconhecida a comissão de fábrica, começa uma nova fase - não menos árdua e complexa. A elaboração dos estatutos, a eleição dos integrantes, o processo de construção, etc., refletirão a correlação de forças no interior da empresa. O empresário, mesmo cedendo a legalidade, não abandona o jogo. Tenta, de todas as maneiras, interferir no rumo do novo organismo. Seu objetivo é domesticar a comissão, aproveitando-se de sua existência para "melhorar o ambiente de trabalho" e aumentar a produção. Caso não consiga, trata de desgastá-la, destruí-la. Qualquer erro de cálculo na atuação da comissão pode ser fatal.

Essa disputa exige uma compreensão clara do verdadeiro papel da comissão de fábrica. Um princípio importante é de que esse novo organismo é apenas um intermediário entre os trabalhadores e a direção da empresa. A comissão em si não resolve os problemas internos e nem serve de "moleque de recados", avisando as chefias sobre a existência de irregularidades. Seu papel é o de mobilizar o coletivo fabril e o fórum soberano para decidir as reivindicações, e as formas de luta é a assembléia de todos os trabalhadores. Desta forma, evita-se o cupulismo, dificulta-se a ação burocratizante e a cooptação por parte das empresas. Tendo como norma a consulta permanente, seja nas seções ou em toda a firma, a comissão fortalece a organização interna e exercita a democracia.

Na discussão dos estatutos da comissão essa questão fica clara. A empresa procura evitar o contato do novo orgão com o conjunto dos trabalhadores. Tenta adaptar a comissão a estrutura da firma, introduzindo chefias, burocratizando seu trabalho e hierarquizando as instâncias do "processo de reclamação". Seu objetivo é tirar toda a autonomia do organismo operário, utilizando-o para legitimar as chefias e a hierarquia interna.

A experiência concreta demonstra que sem o respaldo da base, a comissão é vulnerável. Tanto pode ser cooptada, passando a defender os interesses patronais, como pode ser golpeada. Sua única defesa se dá através da consulta permanente a base, via assembléias regulares e outros instrumentos, e do processo constante de mobilização do coletivo. Como já foi dito, a comissão nasce no bojo da luta. Vale acrescentar: ela só se consolida e cumpre seu papel através da continuidade da mobilização.

Nesse sentido, a comissão deve tomar o cuidado de não tratar os problemas apenas pela via da negociação por cima, apresentando soluções de forma paternalista. Isto vicia a base que passa a delegar todos os poderes ao novo organismo e se mantem isenta das lutas. A apatia e a visão imediatista na resolução dos problemas podem, rapidamente, minar a representatividade da comissão - tornando-se alvo fácil dos patrões.

Para garantir respaldo, a comissão precisa ser eleita pelo voto direto e secreto de todos os trabalhadores da empresa - inclusive dos não sindicalizados. Além disso, ela deve ter representação em todas as seções da fábrica. Alguns estatutos prevêem ainda a revogabilidade do mandato dos membros da comissão, como forma mais ágil e democrática de destituir um integrante que não cumpra suas funções ou seja corrompido.

Fora das normas estatutárias, várias comissões também procuram criar "rede de apoiadores" nas seções para ampliar seu raio de ação e esforçam-se em manter o coletivo fabril bem informado, seja através de boletins periódicos, murais internos e outros veículos.

Qual a relação entre comissões e o sindicato?

Na discussão do papel da comissão de fábrica um ponto gera grande polêmica no meio sindical. Qual a relação da comissão com o sindicato da categoria? Alguns sindicalistas defendem o total atrelamento, numa relação de dependência da comissão para como sindicato. Outros advogam a autonomia completa, numa defesa que beira a tese do sindicalismo paralelo ou do sindicato por empresa.

Nem mesmo as centrais sindicais (CGT e CUT) tem pontos de vistas definidos com relação a esta questão - apesar das inúmeras resoluções por escrito de seus encontros e congressos. Na CUT, por exemplo, notam-se claramente duas posições. Nos sindicatos que estão vinculados a central predomina a tese da subordinação. Isto ocorre na entidade dos metalúrgicos de São Bernardo. No estatuto da

Na empresa capitalista o operário passa a maior parte do seu tempo ativo e sente de forma mais direta a exploração capitalista

comissão da Ford fica evidente o interesse da direção do sindicato de tutelar suas atividades.

O artigo 4º desse estatuto fixa que os dois diretores sindicais que atuam na empresa são membros natos da comissão de fábrica, sendo-lhes reservado os cargos de coordenador e vice-coordenador do organismo. Ou seja: os trabalhadores não tem o direito de eleger seus representantes. Além disso, o artigo 15º vincula a comissão à própria estrutura sindical em vigor, ao permitir que o sindicato "avoque a representação dos operários da empresa na discussão de assuntos que sejam objeto de atuação da comissão de fábrica". Desta forma, caso houvesse intervenção do sindicato o novo organismo ficaria subordinado à Junta do Ministério do Trabalho.

A outra posição, não por acaso, existe nos sindicatos onde a CUT está na oposição. Neles os ativistas dessa central defende a total desvinculação, chegando a pregar que o novo organismo "se contrapõe ao sindicato" - segundo um folheto da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo. Para esses setores, a comissão é uma alternativa que nega o sindicato como elo aglutinador da categoria. Alguns chegam a confundir as comissões com os sovietes russos (órgãos do poder proletário), estreitando o papel desses organismos no estágio atual.

Na comissão de fábrica da Asama, registrada em maio de 83, predominou essa visão. Seus organizadores, que militavam na Oposição Sindical Metalúrgica da capital paulista, pretendiam utilizar o novo organismo para "rechaçar esse sindicato oficial, desmoralizá-la e quebrar sua estrutura" - conforme declararam na época. Com o tempo, a comissão - que se comportava como um sindicato paralelo - caiu no isolamento. Seus integrantes foram demitidos e não houve grande resistência na base.

A ligação precisa ser política e não orgânica

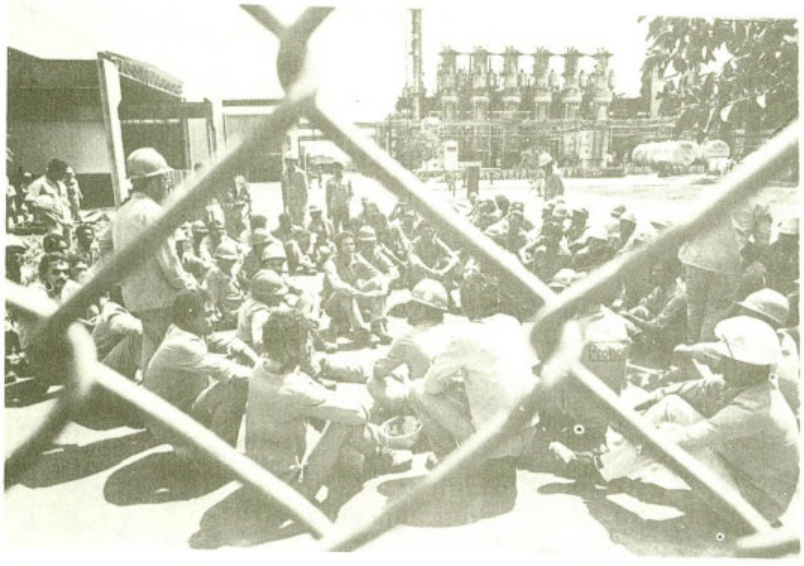
Diante dessa controvérsia, qual postura adotar? No nosso entender, nenhuma das duas citadas. A do atrelamento total leva a perda de iniciativa por parte dos trabalhadores, castra sua organização autônoma no local de trabalho. Além disso; pode afastar a comissão da base e retirar a representatividade que é angariada na ação cotidiana, nas consultas regulares e democráticas. Por último, dá brechas a atitudes autoritárias da direção sindical, que pode manipulá-la em interesse próprio.

Já a da autonomia completa pode ter como conseqüência nefasta a pulverização da categoria, a formação de centenas de pequenos e inexpressíveis sindicatos por emporesa. Negando o sindicato como elo unificar da categoria e contrapondo-se a ele nas lutas unitárias, a comissão pode servir aos interesses patronais de dividir os trabalhadores. Não á para menos que setores empresariais também defende a total desvinculação, como ocorreu nas negociações dos estatutos da comissão de fábrica da Mapri, em 1986, e

na frustrada tentativa da multinacional alemã de criar o seu "Sistema de Representação dos Empregados da Volkswagem", em 1980.

Na nossa opinião, sindicato e comissão de fábrica não se opõem; mas se articulam e completam. A comissão agrupa os trabalhadores em torno dos interesses comuns dentro das fábricas; o sindicato engloba o conjunto dos trabalhadores de uma mesma categoria. A comissão deve ter autonomia para consultar o coletivo fabril e mobilizá-lo na conquista de reivindicações específicas e imediatas. Ao mesmo tempo, ela precisa respeitar as decisões soberanas do conjunto da categoria.

Mesmo na ação interna, a comissão tem necessidade de manter vínculos com o sindicato - mas não de subordinação. É útil que a entidade sindical a acompanhe nas negociações, preste assessoria econômica e jurídica nos casos mais complicados. A relação não será orgânica, mas deve ser política.



Nos momentos de choque (na foto, a greve do Pólo em Camaçari), os trabalhadores mostram sua força e dão passos no rumo da organização

Afora isso, a comissão de fábrica tem um papel de destaque no fortalecimento dos sindicatos. A generalização dessa experiência pode significar a transformação do sindicalismo, com sua maior democratização e enraizamento nos locais de trabalho. A pressão organizada da base tem força para dar um novo impulso aos sindicatos. Quando a direção sindical estiver comprometida com as lutas da classe haverá integração política entre a comissão e o sindicato. Quando não, a comissão terá o papel de fortalecer a entidade para renová-la. A atitude isolacionistas, além de facilitar a vida dos burocratas sindicais, coloca os trabalhadores de uma dada empresa a margem do processo de luta mais amplo.

Ainda sobre esse ponto, vale um alerta. A organização na empresa pode representar a renovação dos sindicatos, mas ela não deve ser vista apenas como um meio, uma tática para conseguir outros objetivos - como a conquista da direção de um sindicato. A organização na base é uma tarefa permanente, seja dos dirigentes sindicais ou dos ativistas de oposição. Isto porque só com a organização na base é que os trabalhadores avançarão nas suas lutas contra a exploração capitalista.

Burguesia tenta domesticar o novo organismo operário

A definição clara diante das questões expostas torna-se vital para o desenvolvimento das comissões de fábrica quando se observa a conduta da burguesia. Como já foi dito, num primeiro momento ela procura impedir a organização interna. Quando isso se mostra infrutífero, ela muda de posição. Seu objetivo passa a ser o de domesticar o novo organismo. Nesse terreno, ela gera confusão e até consegue alguns êxitos. Não é outra a razão de atualmente setores empresariais inclusive tomarem a iniciatica de propor o reconhecimento das comissões.

A burguesia conta com a experiência internacional. Na Alemanha, por exemplo, órgãos similares as comissões, os chamados "Conselhos de Estabelecimento", prestam grande serviço na administração do capitalismo. Segundo estimativas recentes, existem cerca de 25 mil empresas com conselhos. Estes atuam como sindicatos paralelos. De acordo com os estatutos, o conselho não pode participar das greves e "nem trair os segredos da empresa quando em conversação com o sindicato". Seu papel é o de "zelar pela paz social" na fábrica e servir como organismo de colaboração entre capital e trabalho". Ou seja: servem para perpetrar a exploração capitalista pra iludir os operários. O mesmo exemplo é seguido por outros países, como Holanda, Bélgica e Suécia, todos no rastro do ilusório regime da "autogestão".

Foi com base nessa experiência que a Volkswagem tentou organizar em 1980, na sua unidade do ABC paulista (na época com 41 mil operários), o seu "Sistema de Representação dos Empregados". A multinacional alemã aproveitou-se do fato do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo encontrar-se sob inter-

venção do Ministério do Trabalho, após a greve de 41 dias, para apresentar sua proposta audaciosa. Como deixou claro, seu objetivo era "promover a integração e harmonia no ambiente de trabalho". Segundo o regulamento interno imposto sem qualquer consulta aos operários, os sistema não possuia autonomia. "Perderá o mandato aquele que se aproveitar da posição que lhe foi confiada para fins diferentes do previsto nesta resolução", ameaçava um de seus capítulos.

A iniciativa, que também visava enfraquecer e dividir o sindicato, não prosperou. No primeiro embate, a comissão patronal se colocou contra os trabalhadores, defendendo a redução dos salários em abril de 81. Um plebiscito interno, organizado pelo sindicato, disse não ao corte salarial e desmascarar o tal "Sistema de Representação".

Atenção diante de todas as armadilhas e manobras

Mas a burguesia não recuou. Tirou ensinamentos e passou a agir com maior sagacidade. Em alguns casos chegou a confundir comissões nascidas em combativos processos de luta. Pouco depois de formada a comissão de fábrica da MWM, importante metalúrgica da Zona Sul da capital paulista, o assessor jurídico da empresa, Fleury Logulo, elogiou sua atuação: "a comissão funciona bem. As reivindicações já chegam filtradas à direção da empresa e isso ajuda". Os próprios integrantes do organismo operário, tempos após diriam estranhar o clima de "paz" no interior da fábrica. "A gente até desconfia de tanta liberdade", afirmavam. Não era sem motivo. Quando a comissão tentou puxar uma greve por aumento salarial, todos os seus integrantes foram demitidos.

Desse processo - e de outros - ficou a lição. A burguesia investe no sentido de aproveitar dos novos organismos operários, inclusive para aumentar a produtividade. "Ela quer ter lucros com a comissão e isso é feito com uma sutileza incrível. Ela proura usar a comissão para melhorar o contato com os operários, para diminuir a insatisfação e para descobrir os problemas antes deles explodirem na forma de revolta", comenta um membro da comissão de fábrica da Ford do Ipiranga. Ao mesmo tempo, ela tenta burocratizar a comissão, afastá-la da base e criar a ilusão da "paz social". Nesse momento, criam-se as condições para o golpe fatal, como ocorreu na MWM, na Caterpillar, na Siemens e em outros locais.

Mesmo resistindo a idéia do reconhecimento das comissões, os empresários sabem que contam com uma margem de manobra para manipular o novo organismo. Osmar Valentin, gerente de relações industriais da Ford e um dos especialistas no assunto é um dos representantes patronais que defende que "a comissão interessa a direção da empresa principalmente para disciplinar os conflitos internos". Murilo Macedo, ex-ministro do Trabalho do regime militar, também advogava essa tese: "as comissões possibilitam a diplomacia sindical e a aplicação dos instrumentos amortecedores de mediação e arbitragem".

Eles também têm consciência de que o organismo de fábrica, dirigido de forma errada, pode dividir a categoria e enfraquecer os sindicatos. Na discussão dos estatutos das comissões, várias empresas colocam obstáculos ao vínculo com o sindicato. Roberto Della Manna, homem forte da Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo), até admite a existência das comissões, "desde que não por via sindicato, o que seria uma ingerência". Pesquisa feita em 1982 mostrava que 84% dos gerentes de recursos humanos eram favoráveis a constituição de comissões, "mas por fora dos sindicatos".

Diante de tantas armadilhas e manboras, os trabalhadores conscientes precisam ficar atentos. Além da ferrenha luta pelo reconhecimento das comissões, como organismo útil de organização, é necessário zelar pelo patrimônio da classe, definindo claramente seu papel, seus limites e suas perspectivas.

Bibliografia

* O que são comissões de fábrica - Ricardo Antunes e Arnaldo Nogueira - Editora Brasilienes - Coleção Primeiros Passos.
* A tomada da Ford O nascimento de um sindicato livre - José Carlos Aguiar Brito - Editora Vozes.
* Processo e Relações do Trabalho no Brasil - Capítulo 10: Comissões de Fábrica e Autonomia dos Trabalhadores - Roque Aparecido da Silva - Editora Atlas.
* Comissões de Fábrica em São Paulo - Caderno 6 da coleção "Reconstrução das Lutas Operárias".
* A Estratégia da Recusa - Amnéris Maroni - Editora Brasiliense.
* Resoluções do III Congresso do Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica - São Paulo (maio de 1986).
* Comissões de Fábrica - José Ibrahin - Editora Global.
* A Classe Operária no Brasil (1889-1930 - Documentos) - Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall - Editora Alfa-Omega.
* Sindicatos e Democratização - Ricardo Maranhão - Editora Brasiliense.
* Greve de Massa e Crise Política - José Álvaro Moisés - Editora Polis.
* Os Sindicatos e a Transição Democrática: o que pensam os interessados - Coordenado por Roque Aparecido - Editado pelo Ibrart.
* Representacion y Conflito en dos formas de Organizaccion Sindical: CF y Sindicato - Silvia Gerchman - Iuperj (dezembro de 1984).
* A organização dos trabalhadores nos locais de trabalho: os casos da Asama, Volks, MWM, etc. - Coordenado por Roque Aparecido.
* Debates sobre o movimento operário - Coletânea 1 - Editado pela "Reconstrução".
* Estatutos de Comissões de Fábrica - Editado pelo núcleo 13 de Maio.

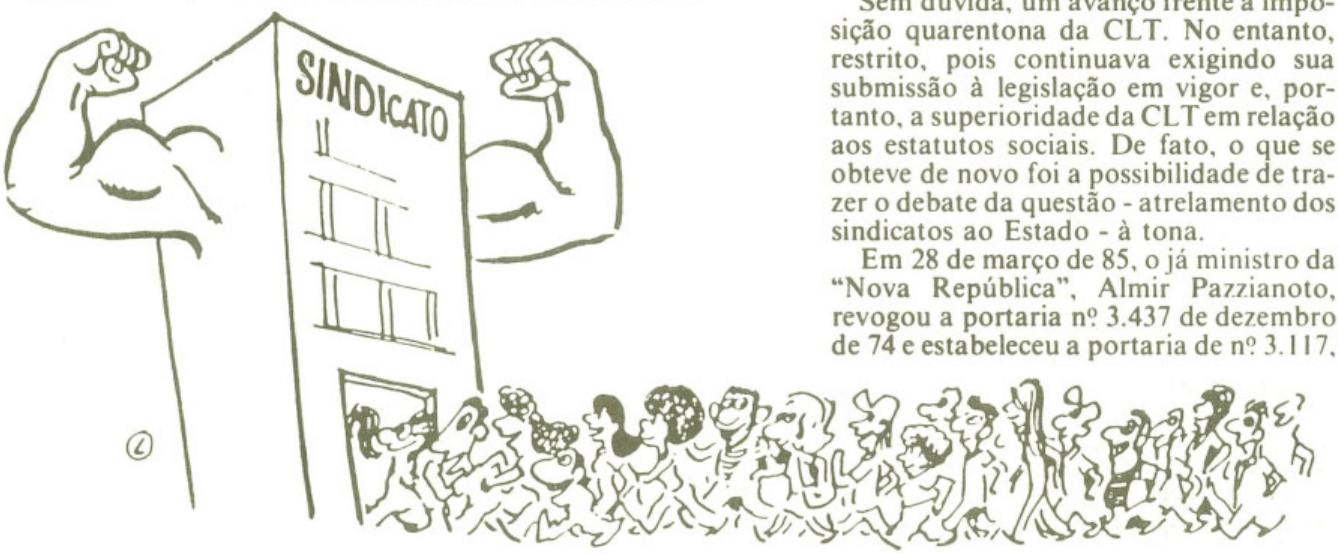
OBS: Na coleta de material sobre as comissões de fábricas também foram consultados artigos dos semanários **Movimento** e **Tribuna Operária**. Além disso, foram feitas entrevistas com os integrantes das comissões de fábrica da Ford (Ipiranga), Volks (São Bernardo), Mapri, MWM, Matersa, Columbia e Santa Marina - todas de São Paulo.

Novos estatutos e a democracia nos sindicatos

Roseli Fígaro *

Recentemente alguns sindicatos brasileiros passaram a discutir seus estatutos internos. Aproveitando-se das limitadas alterações na legislação sindical, procuram democratizar as entidades para aumentar seu respaldo na base. Agora, com a possibilidade da Constituinte aprovar a autonomia sindical, esse debate tende a ganhar corpo. Nesse artigo apresentamos um pequeno painel das mudanças já efetuadas nos estatutos.

* Assessora de Imprensa do Sindicato dos Aeroviários de São Paulo



No processo de abertura política no fim do regime militar, o movimento sindical obteve algumas alterações na legislação que rege a vida de suas entidades.

Murilo Macedo, ministro do Trabalho, na época, baixou, em dezembro de 84, a portaria de nº 3.280 que revogou a instituição do estatuto padrão: "Fica revogada a portaria nº 126/58, que institui modelos-padrão de estatuto social para entidades sindicais". Em seu artigo 2º designava: "Os estatutos sociais das entidades sindicais serão elaborados segundo disposições legais vigentes, devendo ser submetidos à aprovação da assembléia geral ou conselho de representantes".

Sem dúvida, um avanço frente à imposição quarentona da CLT. No entanto, restrito, pois continuava exigindo sua submissão à legislação em vigor e, portanto, a superioridade da CLT em relação aos estatutos sociais. De fato, o que se obteve de novo foi a possibilidade de trazer o debate da questão - atrelamento dos sindicatos ao Estado - à tona.

Em 28 de março de 85, o já ministro da "Nova República", Almir Pazzianoto, revogou a portaria nº 3.437 de dezembro de 74 e estabeleceu a portaria de nº 3.117,

que regulamenta:**"as eleições sindicais,** observadas as exigências de cunho geral constantes na CLT, processar-se-ão na forma do que vierem a dispôr os Estatutos aprovados pelas assembléias gerais das associações profissionais e sindicatos, ou Conselhos de Representantes das Federações e Confederações." Isto possibilitou a diretoria da entidade e a categoria discutirem e regulamentarem o processo eleitoral de seu orgão de classe, claro que sempre dentro dos marcos da CLT.

No entanto, segundo declarações do Diretor de Divisão de Assunto Sindicais da DRT/SP, Jorge Mishino, poucos sindicatos efetivaram mudanças em seus estatutos, o que levou o Ministro a cancelar a portaria 3.117 e a baixar outra, a de nº 2712/86, que determinava às entidades que até o momento não haviam efetuado alterações em seus Estatutos que deveriam reger-se por "Instruções ministeriais a serem baixadas no prazo de 90 dias". Finalmente, em 30 de abril de 1985 o Ministério do Trabalho, Almir Pazzianoto, baixa a portaria 3.150, que regula as eleições das entidades sindicais que não introduziram alterações sobre o tema em seus estatutos.

No fundamental, a portaria 3.150 é mais flexível no que diz respeito ao quórum necessário para uma chapa vencer o pleito escrutínio. Ou seja, modifica a porcentagem de votos necessários relativamente ao número total de votos apurados, diferentemente da portaria anterior.

Até a data da nossa entrevista (5/6/87), Jorge Mishino apresentou-nos o registro de alterações estatutariais em apenas três entidades sindicais de trabalhadores rurais: a Federação dos Trab. da Agricultura no Estado de S. Paulo - Fetaesp; o Sind. de Trab. Rurais de Araras e Região; e o Sind. dos Trab. Rurais de Mirasol. Dos sindicatos urbanos, 158 haviam efetuado alterações, sendo que destes, 95% são sindicatos de trabalhadores e o restante são sindicatos de empregadores.

Do sindicato livre para o tutelado pelo governo

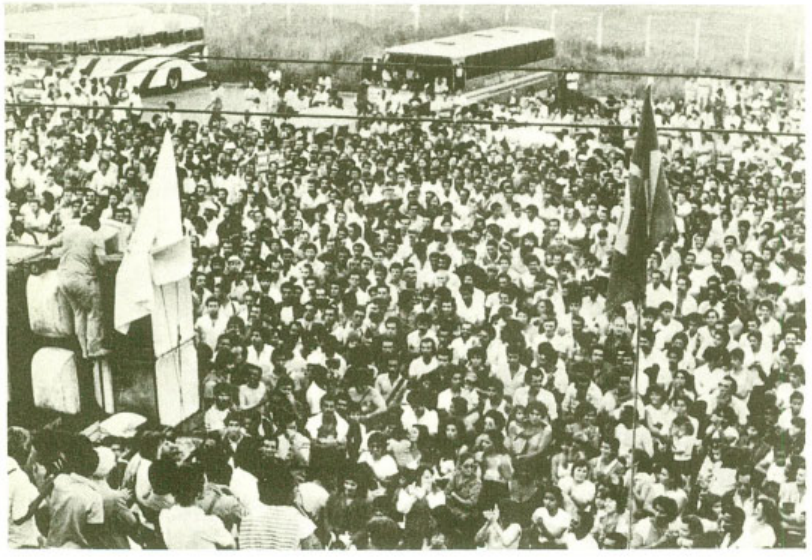
A liberdade e autonomia sindical, tão reivindicada pelo movimento sindical, já foi realidade em nosso país. Faz-se necessário historiarmos, rapidamente, esse período para que possamos compreender melhor a estrutura sindical hoje implantada no Brasil.

As entidades autonomas nasceram da necessidade do movimento real da classe operária em organizar suas lutas em prol das reivindicações da classe. Eram as "uniões profissionais", "associações de ajuda mútua", federações regionais, centrais sindicais, etc. O sindicalismo era praticado horizontalmente. O Estado não exercia, através da legislação, qualquer interferência no corpo orgânico das entidades. Era livre a organização de Uniões por ramo de categoria, possibilitando várias entidades numa mesma profissão - reflexo do nível de consciência e desenvolvimento da classe operária e do capitalismo em nosso país.

A relação mantida até então, por parte do Estado, com os organismos de trabalhadores era policial. A repressão direta, a cassação dos direitos políticos, o exílio e a extradição de lideranças sindicais, eram corriqueiras. Além, da intervenção e fechamento dos sindicatos, respaldados no art. 12 do decreto lei 4.269 de 1921.

É um período de grande ebulição política no país. Os trabalhadores, depois da experiência assimilada com a greve geral de 1917, na capital paulista, e do grande entusiasmo causado pela revolução proletária na Rússia, passaram a dar maior consequência ao seu movimento. Deixam de lado as concepções anarquistas e procuram um novo rumo, que lhes propiciasse acumular forças, ampliar a participação e obter conquistas concretas na melhoria de vida e trabalho, que justificassem a continuidade do movimento.

Na década de 20, fruto dessa luta, o trabalhador viu traduzir-se em leis antigas reivindicações, tais como: a lei nº 3.724, de 15 de fevereiro de 1919, que amparava os operários vitimados em acidentes de trabalho; a lei Eloy Chaves de 24/2/1923 e a lei 16.027, de 30/04/1923, que regulamentava, respectivamente, as pensões e as caixas de aposentadoria para os ferroviários e o conselho Nacional do Trabalho; e o decreto nº 4.982 de 1925, regulamentado pelo decreto nº 17.496 de 30/10/26, que estabelecia no país o regime de férias - 15 dias anualmente, aos empregados e operários de estabelecimentos comerciais, industriais e bancários.



Assembléia na porta da Fiat de Betim (MG): novas formas para ouvir os trabalhadores e definir os rumos da luta do dia-a-dia.

Essas conquistas renovaram o ímpeto de participação dos operários nas entidades, chamando a atenção das classes dominantes para a necessidade de novas formas de intervenção no movimento, que lhes garantisse o controle absoluto da situação. É de 1931 o primeiro decreto lei que introduz o controle do Estado nas entidades dos trabalhadores.

Estado Novo impõe regras cupulistas e autoritárias

Lindolfo Collor, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, do governo de Getúlio Vargas, foi responsável pelo Decreto 19.770 - publicado em 15/3/1931, que estabelecia a lei de sindicalização e impunha a tutela do Estado ao sindicalismo brasileiro. Estabeleceu, no fundamental, que o sindicato para existir deveria ter seus estatutos aprovados pelo Ministério do Trabalho. Além de ter anualmente suas contas e atividades vistoriadas pelas autoridades, seu artigo 5º definia as entidades sindicais "**como órgãos consultivos e técnicos no estudo e solução,pelo governo federal, dos problemas que, economica e socialmente, se relacionassem com os interesses da classe**". E em seu artigo 6º definia o sindicato "**como órgão de colaboração com o poder público.**"

Sérgio Amad Costa, no livro "Estado e Controle Sindical no Brasil", comenta: "nestes dois artigos fica **evidente a intenção de transformar os sindicatos em entidades assistenciais, amenizando seu caráter de luta e canalizando,** também, **para dentro do aparato estatal, os conflitos sociais.** Isto porque os sindicatos passavam, por determinação legal, a ser órgãos consultivos e técnicos do governo federal, caracterizados como **entidades de colaboração com o poder público**"

Capciosamente, o governo de Getúlio, impôs o sindicalismo oficial aos trabalhadores, em contraposição aos sindicatos já existentes, a partir do momento que regulamentou, através do decreto, que as leis editadas em benefício dos trabalhadores só seriam aplicadas mediante o reconhecimento oficial da entidade. Foram assim impostas pelo governo as entidades oficiais e com elas vimos o nascimento de uma nova casta de dirigentes sindicais - os chamados **ministerialistas**, ou **pelegos**.

Em 1943, todo o conjunto de leis de controle sindical elaborado na década de 30, culminando com a criação do imposto sindical em 1939, foi compilado na velha e conhecida Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Institucionaliza-se uma nova forma do Estado abordar o movimento operário.

A CLT traduz a modernização do Estado, no que diz respeito ao aparato das classes dominantes na repressão as lutas dos trabalhadores. Além do instrumento repressivo direto, policialesco, introduziu-se a atuação política e legal do **Poder**, na relação sindicato-patrão-Estado

A CLT serviu tão bem ao poder que mesmo no decorrer do período político mais democrático - de 45/64 -, não foi alterada e, continuou a bem servir aos general durante os 21 anos de regime militar no Brasil. A "Nova República" acenou com mudanças, mas de concreto (além das portarias já analisadas), o que é proposto pelo governo e mesmo o que se tem apresentado à Constituinte por parte do Ministério do Trabalho, não trará a liberdade e a autonomia sindical aspirada pelos trabalhadores sem quebrar o que lhes é fundamental: a unidade de suas entidades representativas.

Mecanismos para ampliar a consulta a categoria

Das entidades do Estado de São Paulo que efetuaram mudanças em seus estatutos, escolhemos algumas experiências. A partir delas podemos analisar e obter um quadro mais concreto do que de fato se fez e pode-se fazer para avançar a legislação sindical.

Procuramos conhecer as alterações nos estatutos dos Sindicato dos Mertalúrgicos de S. Bernardo do Campo e Diadema; do Sindicato dos Jornalistas Profissionais o Estado de S. Paulo; do Sindicato dos Trab. na Ind. de Panificação e Confeitaria de S. Paulo; do Sindicato dos Bancários de S. Paulo; e do Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo. Cabe ressaltar, mais uma vez, que as alterações permitidas por lei referem-se aos dispositivos do processo eleitoral desde que não firam o Título V da CLT.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo teve, pelo que se tem notícia, o processo mais conturbado na tentativa de alteração de seus estatudos. O maior sindicato da América Latina, às vesperas das eleições para renovação de sua diretoria, foi abordado por uma massa de ativistas descontentes, respaldados por uma parcela de diretores dissidentes, com propostas de alteração em seus estatutos. Apesar do conturbado processo e das várias opiniões que se tem sobre ele no movimento sindical, é interessante ser analisado, pois levantou a discussão da ampliação do número de membros das diretorias das entidades sindicais. A proposta dos metalúrgicos era a criação de um Conselho com status de diretoria com 105 membros, representando, as grandes empresas metalúrgicas da Capital.

Segundo o advogado, especialista em legislação sindical e trabalhista, Dr. José Carlos da Silva Arouca, "a tentativa de alteração do número de membros de uma diretoria sindical não está de acordo com a legislação e não dá estabilidade aos membros que vierem a integrá-la. A portaria que dava estabilidade aos Conselhos Consultivos, baixada pelo ex-Delegado Regional do Trabalho, José Carlos Stein, foi contestada pelo Ministério do Trabalho e não chegou a vigorar. Sem dúvida, seria uma grande conquista do movimento sindical".

O Dr. José Carlos da Silva Arouca, assessorou a diretoria do Sindicato dos Trabalhadores em Ind. de Panificação e Confeitaria de S. Paulo, também conhecido por Sindicato dos Padeiros, na mudança de seus estatutos. Analisando-o,podemos observar que a diretoria do Sindicato preferiu continuar conferindo ao presidente da entidade a responsabilidade para "organizar e presidir o processo eleitoral", conforme seu art. 104. E ainda, por seu art. 107, "cabe ao congresso anual que anteceder o término de uma gestão aprovar o calendário eleitoral da entidade, prevendo: data de publicação do edital que convoca o pleito; dias e horários de votação; critério de apuração, etc".

As alterações nos Estatudos do Sindi-

cato dos Padeiros caminharam mais no sentido de aprofundar a regulamentação dos direitos e deveres dos sócios assim como de uma série de normas disciplinares que regulam as assembléias, e o relacionamento do sócio com a entidade. Prevê e regula o Conselho Consultivo, as comissões de empresa, e as delegacias sindicais.

Já o Sindicato dos Metalúrgicos de S. Bernardo do Campo e Diadema, presidido na época das alterações estatutárias por Jair Meneguelli, preferiu restringir as mudanças nos estatutos exatamente no que permite a portaria 3.117 de 28 de março de 1985, do Ministério do Trabalho. E, na justificativa esclarece: "que a revogação da aludida portaria (126/58) , não encerra o sistema corporativo sindical no Brasil, vez que o título V- da Organização Sindical- da Consolidação das Leis do Trabalho (arts. 511 a 610) continua em vigor, resolve: reformar seu Estatuto no que tange ao Processo Eleitoral, democratizando-o, dentro dos parâmetros legais, e, manter o modelo-padrão da Portaria 126/58 ante a impossibilidade legal de modificar o estatuto dentro dos padrões que considera compatível ao sindicalismo livre".

O Sindicato dos Metalaúrgicos de Osasco foi um dos primeiros a alterar o estatuto, que passou pela aprovação do congresso

Processo eleitoral será definido em assembléia

Sendo assim, os metalúrgicos do polo industrial mais importante do país, definiram seu processo eleitoral introduzindo de novo a obrigatoriedade do presidente do Sindicato convocar Assembléia da categoria para definição do processo eleitoral, deliberando sobre: data, duração da votação, "e se for o caso" de comissão eleitoral. Define também, que a assembléia poderá optar pela presidência do pleito: se será exercida pelo presidente do sindicato, ou pela comissão eleitoral.

Avança ainda no sentido da democracia sindical, quando estabelece condições iguais na utilização dos recursos materiais do sindicato para as chapas concorrentes, no que diz respeito a : divulgação, locais para reuniões, guarda de material, promoções de debates, etc. E cabe à assembléia da categoria estabelecer o montante gasto no processo eleitoral.

Nos dias que antecederem à eleição da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, entrevistamos o seu atual presidente Vicente de Paula, que nos afirmou: "achamos que é errado apenas 24 diretores num sindicato, mas pela atual legislação a alteração numérica é falsa porque o Conselho não tem estabilidade. Os estatutos impõem o presidencialismo, mas achamos que a diretoria deve ser um colegiado, dando valor de voto aos suplentes".

O Sindicato dos Bancários de São Paulo também realizou mudanças em seus Estatutos há pouco tempo. Tivemos oportunidade de acompanhar de perto o processo que foi amplo e aberto à participação da categoria. Introduziu mudanças, além do processo eleitoral, na representatividade do Sindicato, reforçado por delegacias sindicais, criando novas subsedes, criando a comissão eleitoral para dirigir o pleito e abordando a estrutura vertical do sindicalismo, a partir

A luta pela democracia nos sindicatos esbarra em grandes obstáculos, como no caso dos metalúrgicos de S. Paulo

do reconhecimento do direito do sindicato filiar-se a uma Central Sindical.

Romper a acomodação para arejar as entidades

Mas, da rápida pesquisa que fizemos nos estatutos das entidades sindicais do Estado de S. Paulo, que efutaram mudanças, pudemos observar que o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de S. Paulo, de maneira corajosa, aproveitou o momento de abertura política que vivíamos no final da década de 70 e efetuou profundas mudanças em seus Estatutos. **Tanto é que o Sindicato dos Jornalistas não tem seu estatuto registrado pelo Ministério do Trabalho.** Ele encontra-se, segundo seu ex-diretor, e um dos participantes do processo de alterações, Pedro de Oliveira, **apenas depositário na DRT/SP.** Isto porque não traz em seu conteúdo o termo: **colaboração com o Estado...**

O Sindicato teve a ousadia de mudar o termo já citado e imposto pela legislação como de fundamental importância para a designação de outro conteúdo, qual seja, o de "representar junto ao Estado, como órgão técnico e consultivo, no estudo e solução dos problemas que se relacionam com sua categoria profissional. (Capítulo I, artº 3º, item IV). E, de **burlar a estrutura vertical** do sindicalismo brasileiro através do item VI do mesmo art. 3º , que dispõe: "representar a categoria nos congressos, conferências e encontros de âmbito municipal, estatual, nacional e internacional, na conformidade da legislação vigente".

Em fevereiro de 86, a assembléia geral da categoria alterou as disposições estatutárias no que se refere a regulamentação do processo eleitoral. O processo eleitoral, aprovado, estabelece no fundamental que: será convocada assembléia para instauração do processo eleitoral e disporá sobre a eleição de uma Comissão eleitoral de dirigirá o pleito; definição da data e apuração do pleito.

Toda a estrutura sindical viciada ao atrelamento e à tutela do Estado criou uma certa acomodação das diretorias sindicais, que na prática tem impedido que se avance politicamente na legislação. Mesmo a interferência na Constituinte tem se dado de maneira assistemática e em pequena porporção. Visto que ainda é pequeno o número de entidades que fizeram alterações em seus estatutos, os exemplos que se têm são honrosos e balisam as possibilidades existentes quanto à democratização da entidade em favor de uma maior interferência das bases das categorias nas entidades.

Jornal Da Campanha Salarial UNIFICADA 87
AERONAUTAS — AEROVIÁRIOS
Já perdemos quase tudo. Só falta perder o medo
O BANCÁRIO
Sindicato entrará com ação contra o governo
Pacote não é neutro
Ministro da Fazenda mistura as bolas
O MINERAL
Frentistas revoltados com jornada de trabalho
Gaseiros dão a largada na campanha salarial-87
Petrolino dá recado sobre a briga na Constituinte
Acompanhe as denúncias do "Olho do Moita"
Notícias DA FEDERAÇÃO
Mobilização e Luta, são as Armas para a Nossa Vitória
VERDADE CUT
VAMOS GARANTIR O ACORDO!
entrevista
A UIS Metal chega a Volta Redonda nas palavras de Hugo Bianchi
Cuba: a saúde de um povo está na cara
Greves nas empresas
Metalúrgica
AUTOLATINA
A REVOLTA FEZ A GREVE
É A RESPOSTA ORGANIZADA AO ARROCHO SALARIAL
Uma luta de toda a categoria
FOLHA Bancária
Hoje
PASSEATA
Concentração às 18h na Praça Antônio Prado
CUT
Agora
falta
LigAção Sindical
NASCE O JORNAL DO TRABALHADOR
ESCRAVIDÃO BRANCA NA ECCB
BRAHMA: TRABALHADORES CONTINUAM PARADOS
JORNALISTAS BAURUENSES PARTICIPAM DO XII ENCONTRO DO INTERIOR
SAÚDE
Profissão de Atendente pode ser extinta
AUXILIARES DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
METALÚRGICOS TEM JORNADA DE 44 HORAS
Oi OPERÁRIO INTEIRO
A CIPA FUNCIONA NA SUA EMPRESA DE VERDADE?
23
CAMPANHA SALARIAL · 87

A luta de idéias e a força do jornal sindical

Dennis de Oliveira e Juarez Tadeu Paula Xavier *

No capitalismo, sistema baseado na exploração assalariada, o processo de luta de classe é inevitável, profundo e permanente. Independe da vontade dos homens. É fruto da própria natureza econômica do sistema, da contradição irreconciliável entre capital e trabalho. A luta de classe está presente em todos os níveis da sociedade. Ela se reproduz, segundo Friederich Engels, na esfera econômica, política e ideológica.

O sindicato, como instrumento de luta dos trabalhadores contra a exploração, desenvolve suas atividades nestas três frentes. No terreno econômico, mobilizando as bases por melhores salários e condições de trabalho. No político, denunciando as arbitrariedades do Estado burguês e batalhando por avanços democráticos e sociais que abram espaço para o desenvolvimento das lutas dos trablahadores. E no ideológico, contrapondo-se as idéias burguesas presentes entre os exploradores.

Nessa matéria divulgamos algumas experiências da ação sindical no terreno da luta de idéias. Nela fica patente a importância da imprensa nos sindicatos. Esta cumpre inúmeros papéis, entre eles: denuncia a exploração e opressão patronal; serve para mobilizar as categorias nas lutas concretas do dia-a-dia; ajuda na formação da consciência de classe; desmascara as informações deturpadas da imprensa burguesa; e, o que é de grande valia, constitui-se num instrumento de organização coletiva.

Nos últimos anos, com o fortalecimento do movimento sindical, houve uma valorização da imprensa nos sindicatos. Muitas entidades passaram a editar jornais, boletins, murais, cartazes. Alguns inclusive avançam para a utilização de vídeos e de outros veículos de comunicação com suas bases. Segundo levantamento feito pelos alunos das Escola de Comunicação e Artes da USP, apresentando o 2º Encontro Nacional de Profissionais de Comunicação Sindical (outubro de 86), cerca de 10 milhões de impressos sindicais são distribuídos mensalmente pelo país afora. Isto equivale a 10% do total de material impresso no Brasil.

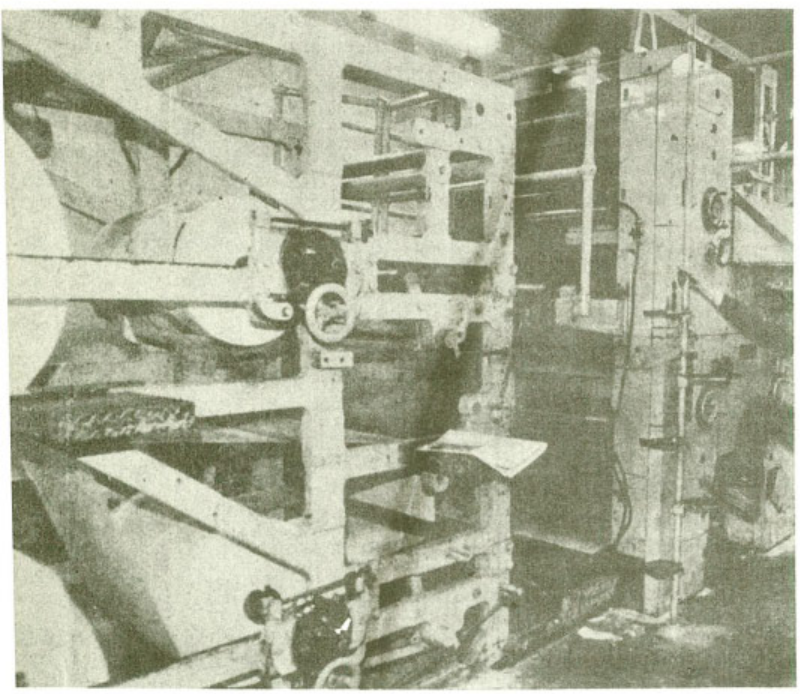
Entretanto, apesar desses avanços, ainda há muitos entraves a superar. Expressiva parcela de sindicalistas ignora a importância da luta no terreno das idéias - deixando o campo livre para a ideologia burguesa. Alguns, alegando falta de recursos, não priorizam a edição de boletins, jornais e outros materiais. A comunicação com a base se dá de maneira irregular. Mesmo nos sindicatos que investem nessa área, é pequena a discussão e elaboração para produzir impressos melhores - tanto no conteúdo como na forma. Muitos jornais sindicais se restringem ao mero papel de "informativos", não aproveitando todo seu potencial.

Não temos dúvidas. Para fortalecer e dinamizar os sindicatos é fundamental que a questão da comunicação com a base seja tratada com mais carinho. Essa é uma poderosa arma, que precisa ser melhor utilizada!

* Dennis é jornalista, redator do jornal "Comboio" do Sindicato dos Caminhoneiros de Sã Paulo. Juarez é assessor de imprensa do Sindicato dos Securitários (SP).

"Folha Bancária" penetra na base

José Negrão é o jornalista responsável pelo maior jornal sindical da atualidade: o "Folha Bancária". Este órgão tem uma tiragem diária de 80 mil exemplares (chegando a 120 mil em época de campanhas salariais). Para a sua confecção, o Sindicato dos Bancários de São Paulo conta com oito jornalistas, sendo cinco para texto, dois diagramadores, e um ilustrador, além de seis pessoas na composição e os gráficos. Os jornalistas trabalham em dois turnos de seis horas e o fechamento do diário se dá entre 17 e 20 horas.



Sindicato dos Bancários comprou rotativa para aumentar o volume de impressos. Em 86 foram distribuídos 18 milhões de "Folhas Bancárias"

João José Negrão conta que "a Folha Bancária, pela sua estruturação, já é um jornal estabelecido, ou seja, enraizado na categoria. O fato dele ser diário dá uma enorme importância tanto na mobilização como no enraizamento do sindicato na categoria".

O jornal tem uma importância tão grande para o Sindicato que toda a reunião da diretoria conta com a participação de um representante da equipe do jornal. "Assim, comenta Negrão, evita-se a prática de vir pacotes fechados da diretoria para nós, aproximando o relacionamento nosso com a diretoria do sindicato".

Entre os problemos do jornal, Negrão cita a seleção das colaborações, pois a freqüência do órgão fez crescer bastante a participação da categoria.

Quanto a situação atual da imprensa sindical brasileira, o jornalista da Folha Bancária acha que a maior causa das suas deficiências é a baixa compreensão dos dirigentes sindicais que desprezam o papel da imprensa na politização da categoria. "Por isso, a renovação de muitas diretorias sindicais corresponde a um crescimento da imprensa sindical no seu conjunto".

Finalmente, João José Negrão considera que uma diretoria comprometida com a lutas dos trabalhadores sempre tem em mente a incrementação da imprensa sindical.

A "Realidade" do campo paulista

José Carlos trabalhou na assessoria de imprensa da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de São Paulo, a FETAESP, de 1979 até maio deste ano. Nestes oito anos de convívio com a imprensa sindical rural, José Carlos faz duas considerações bastante importantes. A primeira é que existe por parte da grande imprensa um pouco caso com os fatos ocorridos fora das grandes regiões metropolitanas. "O interior é ignorado pela grande imprensa", comenta José Carlos "Assim, se não se trata do que acontece no interior, muito menos se tratará dos problemas dos trabalhadores rurais".

Com essa constatação, José Carlos esmerou-se por mandar exemplares do jornal da FETAESP, o "Realidade Rural" para as empresas de comunicação e os partidos políticos com a finalidade de mostrar um "outro lado do país".

Outra consideração que o assessor faz é que "é muito difícil desmontar a máquina publicitária da grande imprensa e seus reflexos no conjunto da população".

Sendo assim, José Carlos considera que o jornalista sindical deve ter consciência do seu papel, ou seja, de que terá a tarefa de desmontar todo esse aparato na categoria, levando o trabalhador a ter uma consciência política.

Por isso, José Carlos acha que o jornal sindical não é um mero espaço para jogar matéria. Ele deve ter uma linha determinada, posições marcantes, ou seja, ter personalidade, sem, contudo, ser sempre panfletário. José Carlos comenta que sua experiência na assessoria da Federação foi bastante positiva pois, graças ao órgão, a Federação cresceu e ganhou força tanto junto à categoria, como na sociedade. A participação da categoria no jornal evidenciou-se pelo grande número de cartas enviadas com denúncias, críticas, sugestões.

"O Aeroviário" enfrenta empresas

Roseli Fígaro é a jornalista responsável pelo Departamento de Imprensa do Sindicato dos Aeroviários do Estado de São Paulo há dois anos e meio. O departamento conta ainda com a participação de dois outros profissionais, Valéria Costa, diagramadora e arte finalista, e Luiz Carlos Leite, fotográfo. Todo o trabalho da assessoria é dirigido por um conselho editorial composto por um diretor de cada empresa, num total de cinco, e o responsável pelo departamento de imprensa.

São dois os veículos de informação utilizados pela entidade. Um é o boletim "O Aeroviário", semanal com sete mil exemplares, distribuido principalmente na capital e no Aeroporto Internacional de Guarulhos, editado na forma de folha sulfite frente e verso. O outro é o jornal "O Aeroviário", mensal, formato tablóide, 8 páginas, dez mil exemplares que circula em todo o Estado.

Segundo ela, "leva para a produção dos grandes sindicatos (metalúrgicos de São Paulo, metalúrgico de São Bernardo, bancários de São Paulo), a imprensa sindical é bastante débil. Isso como um reflexo da fraca ligação dos sindicatos com suas bases". A implantação da assessoria nos Aeroviários foi fruto da renovação sindical ocorrida em 1984. O sindicato não contava com um veículo de informação periódico. "Nosso papel, comenta Roseli, foi elaborar um plano que previa a edição de um boletim semanal e um jornal mensal, além de nos preocuparmos em montar uma estrutura mínima para a produção destes materiais".

Muitas dificuldades foram superadas, mas a própria diretoria do sindicato entendeu a importância da comunicação sindical para a organização da categoria e democratização da entidade. Porém, Roseli afirma que ainda há muitas debilidades: "A primeria delas é a falta de recursos. Uma gráfica própria do sindicato com equipamentos mais modernos. Maiores investimentos de recursos financeiros, pois a cada mês a produção de um jornal fica mais cara. Outra grande dificuldade é o contacto com a categoria. As empresas não permitem que entremos para que possamos acompanhar de perto os problemas dos aeroviários".

Urbanitários dinamizam imprensa

Desde julho passado, a Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de São Paulo vem dinamizando seu departamento de imprensa. Antes ela se comunicava com as direções das sete entidades filiadas unicamente através de circulares. Agora possui um boletim semanal, impresso em sulfite, duas cores, com 10 mil exemplares. Como vários dos sindicatos filiados possuem seus próprios boletins, o da Federação é afixado nas sedes do interior, mas o grosso é distribuido pelos dirigentes da entidade na capital paulista - onde a comunicação sindical é mais débil.

A Federação representa 80 mil trabalhadores no Estado, reunindo o pessoal dos setores de energia elétrica, gás e purificação de água e esgoto. O peso da categoria é estratégico. Uma greve do setor de energia, por exemplo, paralisaria totalmente sete Estados a região centro Sul. Apesar dessa importância, a comunicação bom a base é pequena. O novo presidente da Federação, Rubens Fandino, pretende mudar esse quadro. O projeto é aumentar a tiragem do boletim e editar um jornal tablóide.

Segundo Lejeune Mato Grosso, assessor sindical da Federação, a dinamização da imprensa trouxe resultados positivos. "Na base eletricitária da capital, por exemplo, a receptividade do boletim é excelente. Os trabalhadores estão sedentos de informações, principalmente nessa fase da vida econômica e política do país". Para ele, o conjunto do sindicalismo brasileiro ainda não dá a devida importância para a imprensa sindical. "Essa frente de luta é tratada de forma amadora, sem recursos", afirma.

E concluí: "Hoje é inadmissível uma entidade, mesmo com poucos sócios, não ter o seu boletim ou jornal. Se a diretoria deseja ser vanguarda da categoria nas suas lutas é fundamental que ela conte com um instrumento de comunicação com a base".

Experiência nova no "Securitário"

Há um ano, aproximadamente, desenvolvo a atividade de assessoria do Sindicato dos Securitários de São Paulo. Logo no início, apresentamos um plano de trabalho que se ancorava nos seguintes pressupostos: organizar uma imprensa sindical que tenha como centro da sua preocupação a elevação do nível de consciência política, social e sindical dos trabalhadores; criar um instrumento que fosse a expressão viva dos anseios da categoria, mantendo a sua periodicidade. Isto não acontecia com o jornal do sindicato que era publicado em grandes intervalos de tempo.

O plano previa um jornal mensal de intervenção política - que hoje é editado em formato meio ofício com 12 páginas e em duas cores - e um boletim semanal informativo em tamanho ofício, com uma tiragem que varia de 10 mil a 20 mil exemplares. Além disso, procuramos criar boletins específicos para as grandes empresas. Apesar da mudança da diretoria, o plano no conjunto foi realizado e, mais recentemente,ampliado. Atualmente estamos estudando uma forma de melhorar a eficácia informativa do sindicato com novos veículos, a exemplo do vídeo, e melhorar a linguagem do nosso material escrito, com informação objetiva e textos curtos, no entanto, sem banalizá-la.

No curto espaço de tempo que estamos aqui, surgiram alguns elementos que nos permitem analisar a potencialidade da imprensa sindical em nossa base. Elementos como a democratização das decisões da diretoria e, conseqüentemente, da estrutura da entidade - assim como a enorme contribuição dada à organização da categoria na sua mobilização.

Mas, no meu ponto de vista, a maior contribuição dada pela imprensa sindical é a de criar condições do sindicato se enraizar dentro das empresas. Ela, bem utilizada, sustentará as atividades dos trabalhadores no local de trabalho, inclusive sendo sustentada por este trabalho.

Finalmente, é impossível falar das potencialidades da imprensa sindical sem falar das suas dificuldades atuais. Elas aparecem em duas formas. Uma de natureza material, onde se trabalha com uma infraestrutura mínima. A outra, já mais complexa, de ordem-política - fundada na grande incompreensão dos sindicalistas da importância da imprensa sindical, a dificuldade de entender que o trabalhador para se mobilizar precisa estar informado.

(Juarez Tadeu de Paula Xavier, assessor do Sindicato dos Securitários)

As causas e as conseqüências da recessão

Agenor da Silva e Umberto Martins *

A economia brasileira voltou a apresentar sérios sinais de crise e recessão, depois de experimentar um pequeno período de relativo crescimento a partir do segundo semestre de 1984. A produção industrial, que cresceu 10,3% em 1986, segundo o IBGE, caiu em junho deste ano comparado ao mesmo mês do ano passado. O fantasma do desemprego ronda os lares dos operários. O que explica essas oscilações violentas no nível de atividade produtiva tão características do modo de produção capitalista?

* Agenor da Silva, economista, presidente do Centro de Estudos e Pesquisas Sindicais (CEPS). Umberto Martins, membro do Grupo de Economia do CEPS e jornalista da *Tribuna Operária*.

Desnorteado perante os grandes problemas nacionais, o governo Sarney lançou o chamado Plano Bresser - ou Cruzado III - propagandeando que iria evitar o caos econômico, debelar a crise e a recessão. Os trabalhadores foram convidados a dar mais uma cota de sacrifícios, aceitando o arrocho salarial embutido no plano.

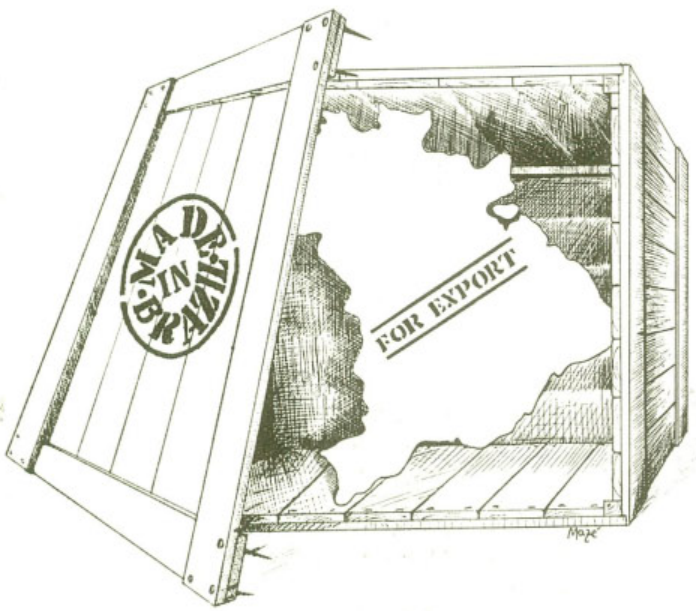
Afirmou-se que "os salários estavam muito altos na época do Plano Cruzado, instituído em março de 1986", e ainda que "agora, quando a inflação do primeiro semestre de 1987 corroeu o poder de compra dos salários, a economia pode retornar à normalidade, bastando conter a inflação".

O ministro Bresser Pereira argumentou também que a economia havia crescido demasiadamente, sendo necessário contê-la. "Precisamos reduzir o crescimento" esta foi a palavra de ordem assumida pelo governo. Contraditoriamente, a diminuição da atividade econômica criaria as bases para a estabilidade.

No entanto, o grande - e até agora exclusivo - "mérito" do Cruzado III foi mesmo o arrocho salarial. A inflação, embora tenha declinado em relação aos níveis do primeiro semestre deste ano, mantém-se em patamares elevados. A recessão não cedeu, ao contrário foi agravada pelas medidas destinadas a conter o consumo interno.

Logrou-se ainda, é certo, aumentar as exportações e, daí, gerar um excedente maior para ser enviado ao exterior, garantindo os lucros dos banqueiros estrangeiros e das multinacionais. O conteúdo do Plano Bresser revela-se, desta forma, não somente antioperário como igualmente antinacional, uma vez que, ao lado do arrocho salarial, agrava a dependência a que o Brasil é submetido pelo capital estrangeiro.

É de se perguntar as razões da impotência do governo em enfrentar a crise e solucionar os grandes problemas nacionais de acordo com as necessidades e expectativas do povo.



As crises econômicas são inevitáveis no capitalismo

Na verdade, há uma série de fatores que explicam o atual quadro da economia brasileira. Mas, em primeiro lugar, é preciso destacar que a crise econômica e o conseqüente processo recessivo são inevitáveis nos marcos do capitalismo, constituindo-se mesmo em formas de existência e desenvolvimento do sistema.

Desde 1825, quando eclodiu a primeira crise econômica do capitalismo, periodicamente o processo produtivo entra em convulsão. Inicialmente, o intervalo entre uma e outra crise era de 10 a 12 anos, mas o período do ciclo foi se encurtando na medida em que se desenvolvia o capitalismo, de forma que hoje a cada cinco ou sete anos a economia mundial ingressa em processos de crise, cada vez mais agudos.

A rigor, a partir da crise de 1974 o processo produtivo não mais apresentou uma recuperação significativa. O período de queda da atividade econômica juntou-se à nova crise de 1980-82 e, logo após uma leve e breve recuperação, estalou outra crise internacinal em 1984-85.

A crise é, portanto, uma lei do capitalismo e expressa as enormes contradições deste modo de produção. O objetivo da atividade econômica no sistema é o lucro, e para atingí-lo os capitalistas procuraram, ao mesmo tempo aumentar a produção e restringir ao mínimo possível os salários dos trabalhadores.

As profundas contradições do sistema de exploração

Este processo já carrega uma contradição interna entre o que é produzido pela sociedade e a capacidade de consumo dos trabalhadores, dada pelo poder aquisitivo dos salários. Periodicamente, as mercadorias produzidas não encontram compradores, há um estrangulamento das

Resultado imediato da recessão: aumento das filas de desempregados e da fome do povo

relações de troca, dando lugar a uma crise de superprodução que compromete os grandes lucros da burguesia.

Além disto, o processo produtivo não se desenvolve de forma harmônica e proporcional, existindo no capitalismo uma acirrada contradição entre a organização do trabalho dentro de cada unidade produtiva - sendo que em cada empresa o capitalista trata de organizar sua produção movido pela necessidade de obter o lucro máximo - e a anarquia imperante na economia como um todo devido à concorrência entre os empresários. O colossal desenvolvimento das forças produtivas (tecnologia, produtividade do trabalho), ao mesmo tempo que exige uma maior organização e concentração da produção, entra em profundo conflito com as leis que regulam o sistema capitalista, as relações de exploração em que se baseia e o lucro como objetivo final da atividade econômica.

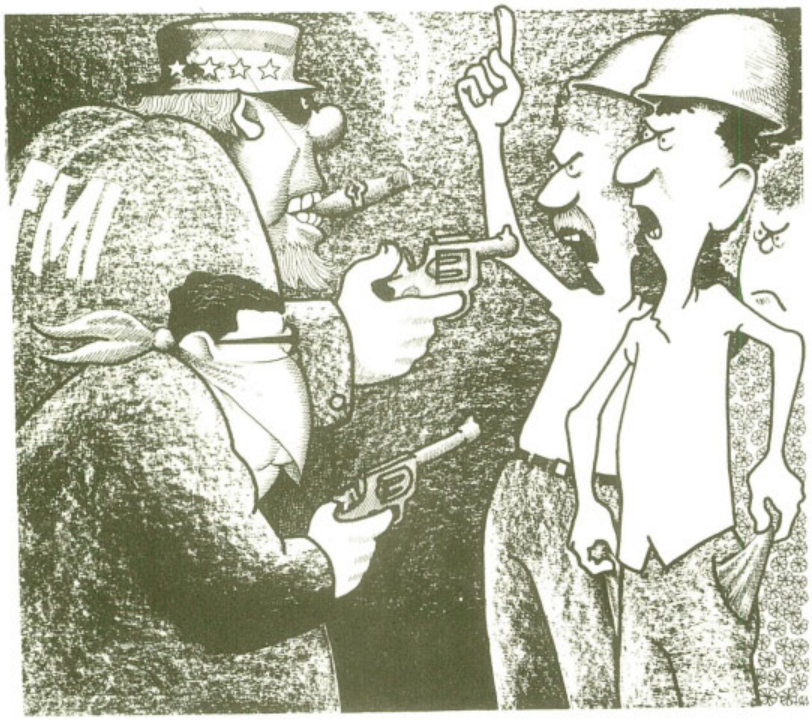
Friederich Engels, filósofo e economista alemão (1820-1895), observou o seguinte a respeito deste fenômeno: "Nas crises, o que se vê é a contradição entre a produção social e a apropriação capitalista chegar à explosão violenta. A circulação de mercadorias é momentaneamente paralisada. O meio de circulação, o dinheiro, torna-se um obstáculo à própria circulação - todas as leis da produção e da circulação são viradas ao avesso. A colisão econômica atinge o auge: **o modo de produção revolta-se contra o modo de troca, as forças produtivas revoltam-se contra o modo de produção para o qual se tornaram demasiado grandes."**

E acrescentava: "O conjunto dos mecanismos do modo de produção capitalista recusa-se a funcionar, sob a pressão das forças produtivas que ele próprio criou. O modo de produção é impotente para transformar essa massa de meios produção em capital - ficam inativos, e é por esta razão que o exército industrial de reserva permanece também inativo. Meios de produção e de riqueza geral existem em excesso. Mas 'a superabundância torna-se a fonte da penúria e da miséria' (Fourier), porque é precisamente ela que impede a transformação dos

meios de produção e de subsistência em capital, pois, na sociedade capitalista, os meios de produção não podem ser acionados a não ser que, previamente, tenham se tornado capital - meios para a exploração da força de trabalho humana".

Na atualidade, por conta do grau de monopolização alcançado pela economia capitalista, novos fenômenos, como a inflação, se somam à crise, agravando as mazelas deste modo de produção. Os monopólios preferem aumentar seus preços mesmo nos momentos de queda do consumo, como ocorre hoje no Brasil, fazendo com que o processo recessivo seja acompanhado de aumentos generalizados de preços, ao contrário do que ocorria antes da II Guerra Mundial.

No Brasil, outro fator de pertubação do



processo produtivo é o caráter dependente da economia, forçada a transferir uma boa parcela dos seus excedentes (ou lucros) para o exterior, a fim de remunerar o capital estrangeiro. Tal sangria de riquezas, que reduz a capacidade de investimentos no próprio país, é intensificada nos momentos de dificuldades econômicas a nível mundial.

A crise de 1980-81, por exemplo, provocou efeitos danosos sobre a economia brasileira. Neste período os estrangeiros estavam premidos pela crise e aumentaram significativamente a exploração dos países dependentes. O fato mais gritante foi a elevação unilateral das taxas de juros que recaem sobre as dívidas externas, que giravam em torno de 5 a 7% ao ano e atingiram mais de 20%.

Em consequência, países como o Brasil foram forçados a realizar ajustes econômicos que implicaram numa grande contenção do consumo interno, por via do arrocho salarial, com a finalidade de gerar recursos para enviar ao exterior. Nossa dívida externa pulou de cerca de 50 bilhões de dólares para mais de 100 bilhões de dólares em apenas quatro anos.

Recessão impõe severos sacrifícios para o povo

Impôs-se ao povo um enorme sacrifício. A produção industrial mais de 15% em dois anos. O consumo declinou 20%. A aquisição de cimento no país - importante indicador do nível de atividade econômica - desceu 25,9% entre 1980 e 1984. A utilização da capacidade instalada na indústria mecânica passou de 80% em 1980 para 57% em meados de 1983. A produção de bens de capital regrediu 45,2 entre 1982 e 1983, sendo que a importação de máquinas e equipamentos para a industria reduziu-se de 4,4 bilhões de dólares em 1980 para US$ 2,3 bilhões em 1984, causando grandes dificuldades para a recuperação do nível de produção.

No que diz respeito aos aspectos sociais, as estatísticas são ainda mais alarmantes: o desemprego, segundo informações colhidas pelo IBGE, pulou do nível de 3% da população economicamente ativa em 1970 para 7,5% em 1981. As condições de vida da população pioraram de modo quase indescritível.

A contra partida de todo esse aperto na vida dos trabalhadores, expressou-se nos elevados saldos positivos de nossa balança comercial (diferença entre exportações e importações), que alcançaram 12,5 bilhões de dólares em 1985 e garantiram a transferência líquida de mais de 40 bilhões de dólares ao exterior entre 1983-1986.

O gerente e xerife destes mecanismos de trasferência de riquezas ao exterior, como todos sabem, foi o famigerado FMI, organismo que representa os interesses associados dos países imperialistas e, em particular, os da oligarquia financeira

internacional. O Fundo impôs - e ainda impõe - receitas que inevitavelmente exigiram a diminuição do consumo interno, além de cortes nas despesas públicas com efeitos deliberadamente recessivos.

A mesma lógica perversa volta a ser aplicada atualmente. Os fatos ocorridos durante o ano passado mostraram claramente que apenas uma pequena elevação no consumo interno, obtida através da luta decidida dos trabalhadores por melhores salários, estava inviabilizando o atendimento do apetite dos bancos internacionais por grandes lucros no Brasil. As melhorias das condições de vida do povo brasileiro estão intimamente ligadas ao fim da exploração do país pela comunidade financeira internacional.

No entanto, o governo procura ajustar as coisas internamente de forma a acelerar um acordo com os banqueiros estrangeiros, submetendo-se às condições por eles impostas no sentido de garantir elevados superávites comerciais e transferir enorme quantidade de riquezas ao exterior para pagar os juros da dívida externa.

Plano Bresser encarna a orientação dos credores

O chamado Plano Bresser é, em muitos aspectos, encarnação de uma orientação com este sentido antinacional. Consolida um brutal arrocho salarial - o maior da história do país -, busca combater o déficit público com os mesmos instrumentos recomendados pelo FMI (corte na folha de pagamentos, investimentos e gastos sociais, fundamentalmente). Por outro lado, incentiva as exportações, ao introduzir uma nova maxidesvalorização do cruzado e promover variações cambiais - diárias - superiores à taxa de inflação.

Novamente, os dados são eloquentes. Já em junho, o saldo comercial voltou a superar o patamar de mais de um bilhão de dólares ao mês - resultado repetido nos três meses seguintes. Enquanto isto, do lado dos trabalhadores, conforme estatísticas divulgados pela Fiesp, em julho a industria paulista demitiu mais de 40 mil operários. No primeiro semestre deste ano, o comércio de eletrodomésticos caiu 34,5%.

O desempenho da economia norte-americana pode ser considerado, sem exagero, como o atual carro-chefe da crise mundial. Naquele país, o déficit comercial atinge a casa dos 170 bilhões e dólares anuais, já havendo indícios de nova aceleração da inflação, observando-se ao mesmo tempo a diminuição do rítmo de produção.

Neste contexto de crise, surgem propostas aparentemente novas para contornar as pertubações do sistema produtivo e readequar as coisas de forma a garantir a acumulação do capital em novas bases. São soluções apresentadas especialmente para a dívida externa, sem dúvida o principal foco de problemas econômicos no mundo hoje.

Propagandeia-se aos quatro cantos a transformação da dívida em investimentos diretos na economia (ou conversão em capital de risco, representado pela aquisição ou instalação de empresas com títulos da dívida).

Foto: Ailton S. Leite

Na ambição dos bancos estrangeiros, como do Citibank, não importa que a dívida externa seja paga com a miséria dos brasileiros

Sob a receita do FMI, governo incentiva as exportações para elevar o saldo da balança comercial

Tal saída, porém, apenas agravaria o quadro de dependência, aumentando o grau de desnacionalização das economias dependentes, além de não implicar necessáriamente em novos investimentos (dado que se trata de pagamentos contra débitos já contraídos) nem, muito menos, na redução da trasferência de recursos ao exterior, que, ao contrário, pode até aumentar, não obstante a mudança de forma (em vez de juros remessa de lucros).

A crise patenteia a necessidade das operários e demais trabalhadores lutarem por um novo sistema social. Com efeito, ela não é senão a expressão da impotência da burguesia como classe dominante diante dos desafios introduzidos na sociedade moderna pelo desenvolvimento da humanidade. É a crise do modo de produção capitalista, já maduro e caduco, que aponta a necessidade de se conquistar o sistema socialista.

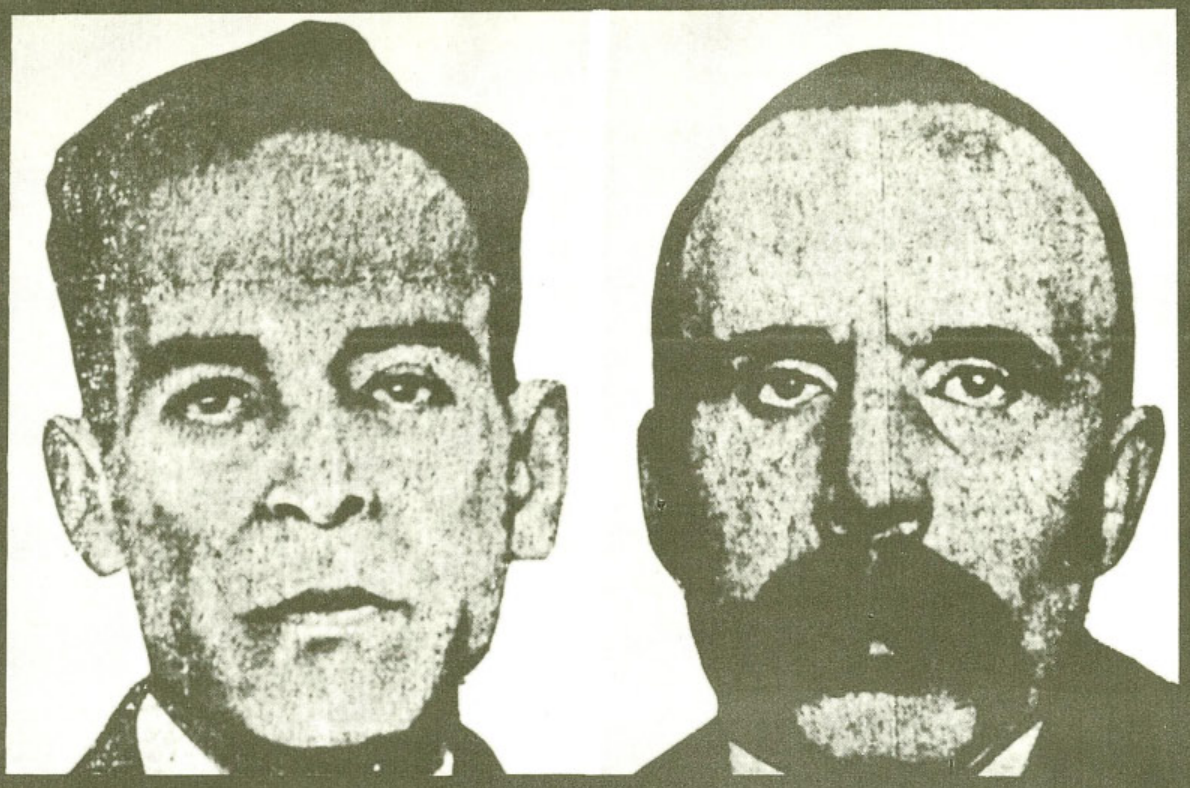
E ainda Engels quem diz: "Se o fracasso político e intelectual da burguesia já não é, de forma alguma, um segredo para ela mesma, o seu fracasso econômico repete-se a cada 10 anos. Em cada crise, a sociedade se asfixia sob o fardo das suas própria forças produtivas e dos produtos que não pode utilizar. E choca-se, impotente, contra esta contradição absurda: os produtores nada têm a consumir porque há falta de consumidores.

"A força de expansão dos meios de produção fez romperem-se as cadeias que limitavam o modo de produção capitalista. A sua libertação de tais entraves é a única condição para um desenvolvimento ininterrupto da forças produtivas, progredindo a um ritmo cada vez mais rápido e, por conseqüência, para um aumento praticamente ilimitado. E isto não é tudo. A apropriação social dos meios de produção elimina não somente a inibição artificial da produção atualmente em vigor, mas também o desperdício de forças produtivas e de produtos que, hoje, é o corolário indiscutível da produção capitalista, que atinge o seu paroxismo nas épocas de crise.

"Passar das condições animais para as humanas"

"Ademais, liberta uma massa de meios de produção e de produtos para a coletividade, eliminando a dilapidação estúpida representada pelo luxo das classes dominantes e seus prepostos políticos. A possibilidade de assegurar, através da produção social, a todos os membros da sociedade uma vida não só inteiramente satisfatória do ponto de vista material e que a cada dia se enriquece mais, mas garantindo-lhe ainda o desenvolvimento e o exercício livres e completos das suas qualidades físicas e intelectuais - esta possibilidade existe hoje pela primeira vez, mas **existe**.

"Com a apropriação dos meios de produção pela sociedade, a produção de mercadorias é eliminada e, com ela, elimina-se o domínio do produto sobre o produtor. A anarquia no interior da produção social é substituída pela organização planificada consciente. A luta pela existência individual chega ao fim. Assim, pela primeira vez o homem separa-se, em certo sentido, definitivamente, do reino animal: passa de condições animais de existência para condições verdadeiramente humanas".



SACCO E VANZETTI

Um crime que gerou protestos no Brasil

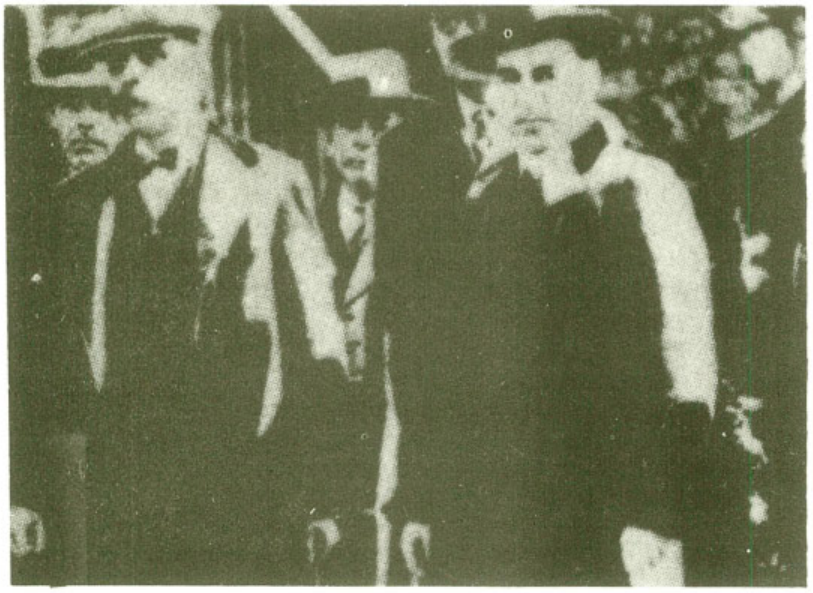
Clóvis Moura *

* Clóvis Moura é sociólogo e escritor, autor de vários livros entre os quais "Sacco e Vanzetti: o protesto brasileiro" examinador de pós-graduação da USP.

Estamos vendo tanscorrer, neste ano, o sexágesimo aniversário de um dos crimes jurídicos mais odiosos, praticados pela Justiça dos Estados Unidos. Trata-se do assassinato de dois lutadores anarquistas Sacco e Vanzetti, executados na cadeira elétrica, pela simples razão de lutarem por melhores dias para os trabalhadores e a construção de uma sociedade mais justa, segundo o seu ideário político.

A Justiça americana necessitava de bodes expiatórios para justificar a onda de repressão desencadeada contra os trabalhadores em conseqüência do aumento das suas lutas e a antevéspera da crise do capitalismo que atingiria profundamente a economia americana, criando uma onda de desemprego sem precedentes.

Para conseguirem esses objetivos, forjam uma farsa policial acusando-os de um crime de assalto seguido de assassinato. O crime do qual eles foram acusados era



típico do período que anteceu a depressão nos Estados Unidos e trazia no seu bojo um conjunto de contradições cada vez mais agudas. Refletiam as contradições que se aguçavam entre o capital e o trabalho, o desânimo e a marginalização, em nível de criminalidade, de melhores de ex-trabalhadores, agora desempregados. No dia 15 de abril de 1920, o pagador da firma Slater & Merril, quando transportava o total da folha de pagamento daquele estabelecimento, a qual ascendia a quinze mil setecentos e setenta dólares, foi assassinado. Um guarda também foi morto na ocasião. Foram assassinados friamente, segundo as testemunhas, por dois indivíduos que fugiram em seguida, carregando aquela elevada importância para a época.

A eficácia, rapidez e coordenação de movimentos do crime faziam crer que se tratava de um dos muitos assaltos praticados por profissionais, planejado antecipadamente nos seus mínimos detalhes, com a possível participação ou conivência de funcionários da própria firma.

Após o assalto, um outro carro passou e os ladrões-assassinos transferiram para ele o dinheiro roubado. O crime, cometido na cidade de South Braintree, Estado de Massachusets, abalou a opinião pública e despertou a indignação dos empresários locais que se sentiam inseguros à medida que esse tipo de assalto se amiudava. Para satisfazer esta exigência da classe média norte-americana e das suas elites de poder, a polícia estadual entrou imediatamente em ação para tentar prender os criminosos.

Trama macabra da polícia contra a luta operária

Em face das características do assalto, a polícia ligou-o a outro que antecedera, em circunstâncias parecidas, na cidade de Brigdewater não muito distante. Havia, por outro lado, necessidade de uma solução rápida para esses dois assaltos, pois a inquietação social manifestava-se de forma crescente. Como as testemunhas achassem que o criminoso desse outro crime era presumivelmente um italiano, e, como nos dois foi usado um automóvel, a polícia estabeleceu um silogismo elementar, segundo o qual o assassino devia ser italiano que possuia automóvel.

A polícia localizou, em seguida, um italiano chamado Boda, que possuia automóvel. Ficou de vigia. Como Sacco e Vanzetti, Boda era, também, um operário italiano de idéias avançadas: um anarquista. Acontece que, dias antes, um operário anarquista, depois de ter sido preso, havia sido atirado pela polícia do décimo andar de um edifício. Em vista disto, Sacco e Vanzetti solicitaram o automóvel de Boda para que pudessem avisar todos os seus companheiros a fim de que se protegessem contra possíveis prisões. Naquele tempo os emigrantes anarquistas eram violenta e constantemente perseguidos pela polícia política norte-americana.

Ao deixarem a garagem, onde foram

devolver o carro, tomaram um bonde: os agentes de polícia que os seguiram prenderam-nos imediatamente sem que houvesse resistência. Estava armada a tragédia de suas vidas. A polícia tinha um prato cheio: Sacco e Vanzetti eram operários, estrangeiros e anarquistas. Isto era o bastante para usá-los como bodes expiatórios. Estavam de antemão condenados à morte.

Trabalhadores brasileiros se unem na solidariedade

Diante da injustiça de classe, ergueu-se um amplo movimento de defesa e solidariedade aos dois trabalhadores presos. Todas as chicanas jurídicas foram feitas contra eles, inclusive a intimidação de testemunhas. Finalmente, em 14 de junho de 1921 foram condenados a morrer na cadeira elétrica. Os trabalhadores do mundo inteiro protestaram. No Brasil os trabalhadores se uniram em um amplo movimento de solidariedade proletária em prol da libertação de Sacco e Vanzetti.

Os trabalhadores não ficaram insensíveis ao crime político e, superando as divergências ideológicas que podiam separá-los, ingressaram nessa campanha pelo resgate dos dois prisioneiros. No Brasil o movimento operário ascendia de nível e aumentava de qualidade. A greve de 1917, em São Paulo, quando os operários praticamente ocuparam a cidade, foi o seu ápice, embora o movimento grevista continuasse nos anos subseqüentes.

Em relação a Sacco e Vanzetti e o nosso movimento operário há um fato relevante a destacar: o Partido Comunista do Brasil fora fundado em 1922, depois de uma acirrada luta ideológica com os anarquistas. Mas isto não afetará a unidade de comunistas e anarquistas na luta pela libertação de Sacco e Vanzetti. O jornal mensário "Movimento Comunista", datado de fevereiro de 1922, noticiava a realização de comícios de protestos promovidos pela Federação Operária do Rio de Janeiro e estampava uma proclamação do Centro Comunista daquela cidade denunciando o caráter de classe do processo movido pela justiça americana contra os dois operários italianos. No mesmo número esse mensário divulgava uma mensagem do Partido Comunista dos Estados Unidos agradecendo a solidariedade.

A TRIBUNA

O sacrifício de Sacco e Vanzetti

NA TENEBROSA CAMARA DA MORTE

Nasce o Comitê Popular Pró-Sacco e Vanzetti

Esse movimento de solidariedade se amplia à medida que se aproxima a data das execuções. No Rio de Janeiro, onde as grandes decisões políticas eram tomadas, inicia-se, em 1922, um amplo movimento de solidariedade aos dois operários italianos. Essa primeira etapa terminará com um grande comício na praça Mauá. A Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro lançou, então, o seguinte manifesto convocatório:

"Aos trabalhadores e ao povo:

Quando os camaradas dos Estados Unidos da América do Norte apelaram para o proletariado internacional que se manifestasse sobre a condenação dos trabalhadores Nicolau Sacco e Bartolomeu Vanzetti, indicados a serem carbonizados na infame cadeira elétrica, tinha a certeza que ninguém os desampararia nessa humana campanha que devia fazer recuar os assassinos juízes norte-americanos a soldo do capitalismo.

Todos os operários se lançaram à luta. Em breve, no mundo, os protestos surgiram de toda a parte. O Brasil, que se acha

no continente americano, não podia passar despercebido nesta justa cruzada."

Em outubro de 1921, no Rio de Janeiro, criou-se o Comitê Popular de Agitação Pró-Sacco e Vanzetti, com ramificação em vários Estados. Comícios são programados. O jornal **A Plebe** publicou artigos em defesa de Sacco e Vanzetti. O Ateneu libertário da Cultura Social e a Federação Operária de São Paulo também realizam vários atos.

No dia das execuções, greves em vários Estados

No dia da execução de Sacco e Vanzetti, houve um comício na praça do Patriarca do qual participou "toda a classe operária desta capital". conforme noticiou um jornal da época. No mesmo falaram vários oradores que condenaram a injustiça que se estava praticando nos Estados Unidos. Os trabalhadores que compareceram à hora habitual, aos seus serviços, foram convidados pelos colegas a aderirem ao movimento de protesto. No Brás a maioria das fábricas foi imediatamente fechada, prosseguindo o trabalho de algumas delas até às onze, quando os operários abandonaram o serviço e dirigiram-se à praça do Patriarca.

Na Lapa houve conflitos sérios entre trabalhadores e policais que foram "aos poucos serenados". No Ipiranga esses conflitos se repetiram: em frente à Fábrica Nami Jaffet um piquete convidava os colegas a participarem da greve de solidariedade. A diretoria da empresa, no entanto, chamou a polícia que efetuou várias prisões no local. Entre os presos estavam três jovens operárias que se "mostraram rebeldes ao pedido de dispersão do feito pelas autoridades". Depois de permanecerem algumas horas na delegacia "foram postas em liberdade". O movimento ganhava maiores proporções à medida que se aproximava a hora das execuções. Na estamparia A Liberty, na rua Piratininga, a polícia agiu com violência, alegando o comportamento altamente incoveniente de alguns grevistas. Às onze horas foram pedidos reforços para as fábricas Matarazzo, na Água Branca, e Crespi, na Moóca.

A noite foi grande a aglomeração de populares em frente aos placares dos jornais, nos quais eram afixadas notícias das agências internacionais. Essa notícias eram discutidas acaloradamente pela multidão parada. Um grupo de trabalhadores da construção civil, que convidava os seus colegas a paralisarem o trabalho, também foi preso.

No Rio de Janeiro a situação não era diferente. Um clima de tensão apoderara-se da cidade. A União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio e Petropólios lançou um vibrante manifesto no qual dizia:

"Camaradas:

Hoje é o dia designado pela justiça norte-americana para o assassínio de nossos companheiros Sacco e Vanzetti.

Talvez a estas horas estejam sendo eletrocutados nossos irmãos de sofrimento e não é possível que os trabalhadores do Rio de Janeiro, principalmente os das

Charge do Jornal "A Manhã"

fábricas de tecidos, permaneçam indiferentes à injustiça que representa o assassínio legal de dois trabalhadores inocentes. Os nossos camaradas de Petropólis, como protesto pela desumanidade da 'justiça' norte-americana, paralisaram o movimento em todas as fábricas de lã, seda e algodão, ontem, segunda-feira, e permanecerão parados hoje, como demonstração de protesto à iniqüidade e de solidariedade aos dois condenados pelo único crime de desejarem o bem-estar da humanidade. Aqui no Rio, infelizmente, só uma fábrica de tecidos paralisou ontem: e hoje continuará parada. É preciso que os companheiros de todas as

fábricas sem distinção de credos políticos, acompanhem o movimento mundial de protesto contra a selvageria dos expoentes dos **dollars**.

É necessário que os operários em fábricas de tecidos não trabalhem hoje, 23 de agosto de 1927, como um protesto à eletrocussão de Sacco e Vanzetti, acompanhando o protesto altivo dos camaradas da Fábrica Aurora, aqui do Rio. A União dos Operários em Fábricas de Tecidos do Rio e Petrópolis. Que nenhum operário trabalhe hoje em sinal de protesto pelo assassínio de dois inocentes, vítimas do capitalismo.

Todas categorias aderem ao protesto em Petrópolis

Se esta era a situação no setor têxtil, o movimento de solidariedade dos operários da indústria mobiliária era bem mais intenso. Atendendo ao apelo da Comissão Executiva dos Trabalhadores da Indústria Mobiliária, os trabalhadores dessa categoria também pararam o trabalho na véspera da execução.

Os principais estabelecimentos do setor não funcionaram, especialmente as grande empresas. Não funcionaram em conseqüência da greve, as empresas Leandro Martins & Cia, C. Daubisch, Hirt & Cia., Companhia Betenfeld, Moreira Mesquita, Ruggier, Reed Star, Viúva Magalhães & Cia., Salvador Storino & Cia., Marcenaria Auler, "A Nossa Casa", Casa Fonseca & Albino, Veiga & Pinto, Acácio & Santos, Sequeira & Cia., F. Criramo & Irmão, Otto Schutt & Filho, J. Ramalho, Vicente Miraglia, E. Jatocoz Fabrega, Gimenez de Souza, J. Palermo & Cia., Casa Verde, Marcenaria Brasil, Firmino & Cia., Casa Edson e muitas outras.

Esses trabalhadores, à medida que deixavam os seus locais de trabalho, dirigiam-se para a sede da sua Comissão Executiva. O movimento vai aumentando à medida que o tempo passa, pois ninguém sabia, ao certo, a hora em que os dois seriam executados.

Se o setor têxtil não reagiu como se esperava, no Rio de Janeiro, o mesmo não aconteceu em Petrópolis. Apesar de ter sido lançado um manifesto em comum, em Petrópolis é que se concentrará o protesto dos têxteis brasileiros. Iniciada com vigor a greve de protesto, no dia 22, pelos operários das fábricas de tecidos Petropolitana, Petrópolis Industrial e Corneta do Alto da Serra, alastrou-se imediatamente à quase totalidade dos estabelecimentos congêneres e de outros, culminando essa movimentação no dia da execução, com a adesão dos trabalhadores de todos os ramos da indústria todo o comércio e de empregados em bondes e condutores de veículos.

Após a paralisação de todas as fábricas, inclusive as oficinas da Estrada de Ferro Leopoldina e do Alto da Serra, construção civil, bondes, veículos e o fechamento do comérico, verdadeira multidão dirigiu-se ao local do comício que haviam programado.

Os discursos foram inflamados e violentos, atacava-se abertamente o imperialismo norte-americano e o seu sistema interno de repressão política. Segundo um jornal que registrou o acontecimento "aos gritos de vivas à memória de Sacco e Vanzetti e de guerra aos assassinos, de vivas à solidariedade operária e de guerra ao código infame das leis celeradas, reiterando levar a efeito um boicote aos produtos norte-americanos, aquela massa se dispersou, sem registrar-se qualquer incidente". Outras manifestações no resto do Brasil registraram o protesto dos trabalhadores ao assassínio jurídico da justiça das classes dominantes dos Estados Unidos.

60 anos após o crime, a homenagem dos operários

Sessenta anos passados do crime, a classe operária do mundo inteiro ainda reverencia à memória desses dois heróis. Trinta anos depois do crime a viúva Sacco entrou com um pedido de reabertura do processo. Inutilmente. Não foi considerado pela justiça americana. Sabino Sacco, irmão de Bartolomeu, fez um pedido de reabilitação no ano de 1973.

Mas a justiça americana, mais uma vez, negou-se a rever o caso. Como a farsa não podia ser mantida por mais tempo a reabilitação dos dois operários executados não saiu através da revisão do processo, mas através de decisão do governador de Massachusts, isto é, autoridade idêntica a que cinqüenta anos antes assinara a sentença fatal. Com este gesto de prestigitação política o hímen complascente da justiça dos Estados Unidos continua virgem.

Origens e ação do reformismo na luta operária

José Carlos Ruy *

Dando prosseguimento à série sobre a ação das diversas correntes político-sindicais na história do sindicalismo brasileiro, *Debate Sindical* publica a primeira parte do artigo sobre o reformismo. Nos números anteriores foram abordados o anarquismo e o peleguismo. Também serão analisadas as ações do sindicalismo cristão e dos comunistas.

Qual é o objetivo do movimento operário? Ele limita-se apenas à conquista de melhoras imediatas na situação dos trabalhadores ou, mais do que isso, pretende suprimir o capitalismo e colocar, em seu lugar, uma ordem econômica,política e social superior? A resposta a esta pergunta permite distinguir os reformistas dos revolucionários - os primeiros querem mudanças lentas que melhorem a situação dos trabalhadores sem colcoar em risco o sistema capitalista.

As principais teses do reformismo, ainda muito em voga em setores do movimento dos trabalhadores, são a idéia de um desenvolvimento pacífico, evolutivo, gradual, rumo ao socialismo ; a super valorização da democracia burguesa, através da idéa de que a extensão da democracia permitirá resolver por negociação, no âmbito do Estado, os conflitos entre as classes; a subestimação ou abandono da luta revolucionária, trocada pela via eleitoral e parlamentar, preconizando a busca do socialismo através de uma maioria parlamentar; a colaboração de

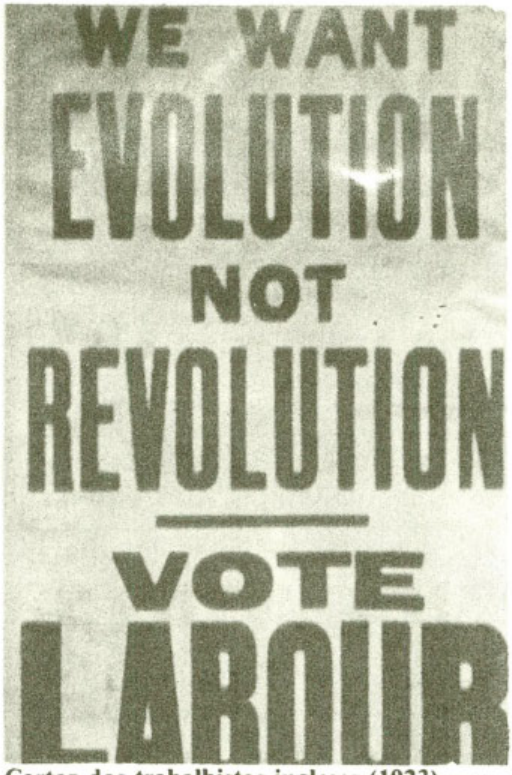
* Jornalista. Trabalhou no semanário *Movimento* e na Editora Abril. Atualmente trabalha no jornal *Retrato do Brasil* e na Nova Cultural.

classes; subestimação ou mesmo abandono da luta de classe; o abandono, em alguns setores, da tese de que a classe operária tem um papel dirigente na luta contra o capitalismo; a tese da conservação e "domesticação" do Estado burguês atual e a defesa de seu uso em benefício dos trabalhadores.

Idéias desse tipo surgiram no final do século passado, no movimento operário europeu. Nos anos 20 e 30 deste século, e logo após a II Grande Guerra, formaram os programas trabalhista e social-democrata para governar os países industrializados, e mesmo alguns partidos comunistas (o americano, principalmente) foram contagiados por elas. Depois do XX Congresso do PCUS, em 1956, contudo, essas teses empolgaram grandes partidos comunistas do ocidente, que abandonaram a via revolucionária, animados pela política de coexistência pacífica e defesa da via parlamentar de Krushev.

Reflexo do aparecimento da "aristocracia operária"

O reformismo surgiu no movimento operário europeu no último quartel do século passado como reflexo do aparecimento de uma "aristocracia operária" que, beneficiária do crescimento do capitalismo monopolista, julgava-se interessada em sua defesa e desenvolvimento. Ao lado disso, os próprios estados capitalistas mais desenvolvidos passaram a responder, através de leis sociais, a algumas demandas operárias. As leis sociais de Bismark, aprovadas entre 1883 e 1889, foram a primeira intervenção de um estado, a Prussia, instituindo o seguro obrigatório contra doenças, a velhice e a invalidez. Entre 1891 e 1898, a Dinamarca também adotou um programa de pensão para os operários; a Bélgica imitou-a, entre 1894 e 1903; a Suíça, em 1890; a Inglaterra, antes de 1900, já tinha avançada legislação fabril.



Cartaz dos trabalhistas ingleses (1923)

Contudo, o objetivo real dessas primeiras medidas foi "contrastar o avanço do socialismo, procurando criar a dependência do trabalhador ao Estado" (1). A atuação social do Estado cresceu principalmente depois da crise dos anos 20 e 30 deste século, e após a II Grande Guerra, essa política foi formulada pelos trabalhistas ingleses, cujo slogan "participação justa de todos" resume "eficazmente o conceito de universalismo da contribuição que é fundamento de welfare state" (2).

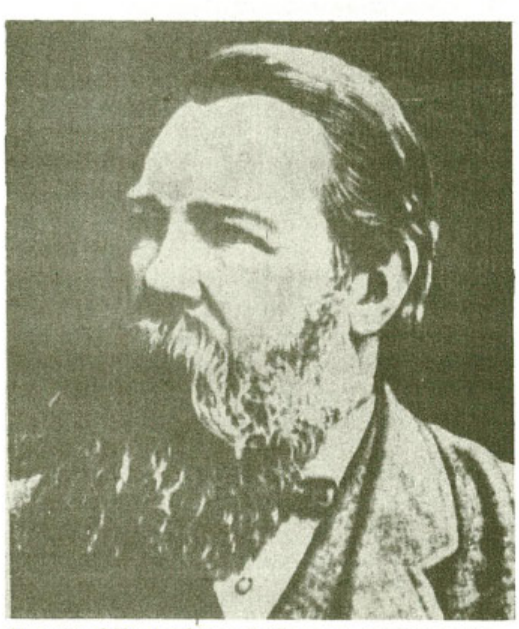
Essas medidas, junto com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, o fortalecimento do mercado de ações, a conquista do sufrágio universal masculino, a legalização de partidos operários e o fim dos obstáculos ao funcionamento dos sindicatos, medidas que generalizaram-se pela Europa, entre o final do século e a década de 1930, levou muitos teóricos a pensarem que o capitalismo havia atingido um estágio de estabilidade e de legalidade cujo desenvolvimento levaria, sem rupturas, ao socialismo.

O primeiro e mais importante teórico do reformismo foi Eduard Bernstein, do Partido Social Democrata alemão (SPD), que escreveu, em 1899, o livro **Socialismo evolucionário**, onde defen-

"Líderes operários" e burgueses se unem no primeiro governo trabalhista inglês, em 1924. Nenhuma medida é tomada para resolver a situação de miséria dos trabalhadores

deu teses reformistas e a necessidade de revisão do marxismo. Bernstein dizia que, ao contrário das previsões de Marx, de aumento da proletarização e da miséria, o número dos ricos crescia, as sociedades por ações dividiam e democratizavam a renda do capital em um sem número de médios e pequenos acionistas e, por isso, a idéia da revolução proletaria deveria ser abandonada, substituida pela luta parlamentar.

O revisionismo de Bernstein refletiu a burocratização e aburguesamento do SPD, que o próprio Engels denunciou em 1887. Em 1891, Engels ridicularizou a ênfase na luta parlamentar, dizendo que o parlamento "é a folha de parreira do absolutismo" (3). Anos depois, Engels, a maior autoridade viva do movimento operário depois do desaparecimento de Karl Marx, reclamava aos dirigents do partido alemão o uso fraudulento que era feito de seus escritos para justificar o reformismo e o oportunismo. Extraiam de sua "Introdução" ao livro de Marx **Lutas de Classe na França**, disse ele, "tudo o que possa servir de defesa da tática pacífica e contrária a todo preço à violência". Em outra ocasião, queixou-se à Kaustky que o **Vorwarts**, jornal do SPD, divulgou "um trecho de minha **Introdução**, publicado sem conhecimento meu, truncado de tal maneira que apareço nele como um adorador pacífico da legalidade custe o que custar" (4). Os protestos de Engels foram em vão, e até hoje os reformistas usam de forma truncada e fraudulenta sua "Introdução" para justificar a revisão do marxismo.



Engels ridiculariza a ênfase ao parlamento

Lênin, o grande líder da revolução socialista de 17, desmascarou as tese conciliadoras dos reformistas

Após a morte de Engels, em 1895, o reformismo aprofundou-se. Bernstein publicou as suas idéias na **Neue Zeit**, um jornal socialista, uma série de artigos entre 1897 e 1898 que encontrou forte apoio entre os dirigentes sindicais do partido. A esquerda social-democrata, contudo, respondeu imediatamente à ofensiva reformista, e Rosa de Luxemburgo acusou-o, numa série de artigos mais tarde reunidos no livro **Reforma Social ou Revolução**, de desviar a luta operária da disputa pelo poder e dirigí-la na busca de melhorias econômicas imediatas. Ele acusou-o de suavizar as contradições do capitalismo, e, principalmente, denunciou que a "direita revisionista de abandonar o objetivo final socialista equivale a renunciar ao próprio movimento socialista" (5).

Lênin condena a prática da colaboração de classes

Contudo, a crítica mais contundente e severa do reformismo foi feita por Lênin. "A idéia fundamental do oportunismo, escreveu ele, é a colaboração de classes" (6), e sua base social era a "aristocracia operária" e o desenvolvimento dos monopólios capitalistas que exploram os países coloniais: "certos estratos da classe operária (a burocracia do movimento operário, a aristocracia operária, às quais coube uma pequena partícula dos lucros derivados da exploração das colônias e da posição privilegiada de suas "pátrias" no mercado mundial) bem como os eventuais companheiros de viagem pequeno-burgueses, membros dos partidos

Estados capitalistas tentam afastar o risco da revolução através de medidas paliativas, como o governo inglês que ordenou a reparação de estradas na década de 20

caminho mais apropriado para a luta contra o capitalismo, e transformam, disse Lênin, "a necessária utilização do parlamentarismo burguês e da legalidade burguesa na fetichização dessa legalidade" (8) - isto é, transformam a legalidade numa força exterior que domina e conduz seus defensores.

A burocracia do movimento operário, apontada por Lênin, exprimiu-se principalmente no gigantismo do SPD, que o fez abandonar qualquer veleidade revolucionária que ainda tivesse. O apego livresco à ortodoxia transformou o marxismo "não num instrumento de análise da realidade, e sim num símbolo que caracterizava ideologicamente o proletariado em oposição à burguesia. O partido se transformou numa poderosa máquina política com suas associações paralelas, os sindicatos que dominava, seus jornais, sua ação cultural e, na área do lazer, sua presença nas administrações locais, de tal forma que a burguesia contava já ao final do século XIX com este parceiro forte mas integrado". Depois da revolução de novembro de 1918, que acabou com a monarquia na Alemanha, o Partido Social Democrata "sob a direção dos sindicalistas reformistas, iria caracterizar-se pela sua posição de freio ao movimento revolucionário. Durante os primeiros meses, sua ação foi conscientemente dirigida no sentido de esvaziar as rebeliões sem se opor frontalmente a elas, impedindo a sua confrontação com as forças reacionárias". Diante dos conselhos operários que se formaram, a exemplo dos soviétes, "sua força foi concentrada em transformá-los num órgão auxiliar do poder constituido legalmente, impedindo que se colocassem como centro do governo", uma política oposta à dos bolcheviques, vitoriosa justamente por reivindicar "todo o poder aos soviétes" e transformá-los num órgão de poder que destruiu a república burguesa na Russia. A política reformista do SPD terminou por fazê-lo "cúmplice historicamente da repressão da qual foram vítimas Rosa Luxemburgo e Liebknecht em janeiro de 1919 e em março outro dirigente spartaquista, Leo Jogiches. A revolução refluiu e a direita, então, ganhou força" (9).

Primeiro grupos e idéias dos reformistas no Brasil

Escrevendo sobre o movimento operário brasileiro do começo do século, Edgard Carone chamou a atenção para o fato de o reformismo tinha uma "ação mais ampla do que se pensa" (10). Alguns jornais reformistas existiam já desde os últimos anos do império, mas foi após a proclamação da República que o movimento operário cresceu, sob direção de chefes reformistas. A partir de 1890, existiam três grupos principais, baseados no Rio de Janeiro - o frágil partido Operário dirigido por Gustavo de Lacerda, que "defendia a criação de cooperativas em vez de sindicatos militantes e considerava a greve uma arma ineficiente, utilizável somente em último recurso". (11) Organizado para disputar a eleição para a Assembléia Constituinte, em 1890, o partido desapareceu após a derrota e seu jornal, **Voz do Povo**, faliu devido a disputas internas.

O outro grupo foi o Partido Operário dirigido por Luiz França e Silva, que publicou o jornal **Eco Popular**, onde defendia a concessão de direitos aos operários através de negociações e pregava a colaboração de classes. Em março de 1890, seu jornal pregava que a presença de

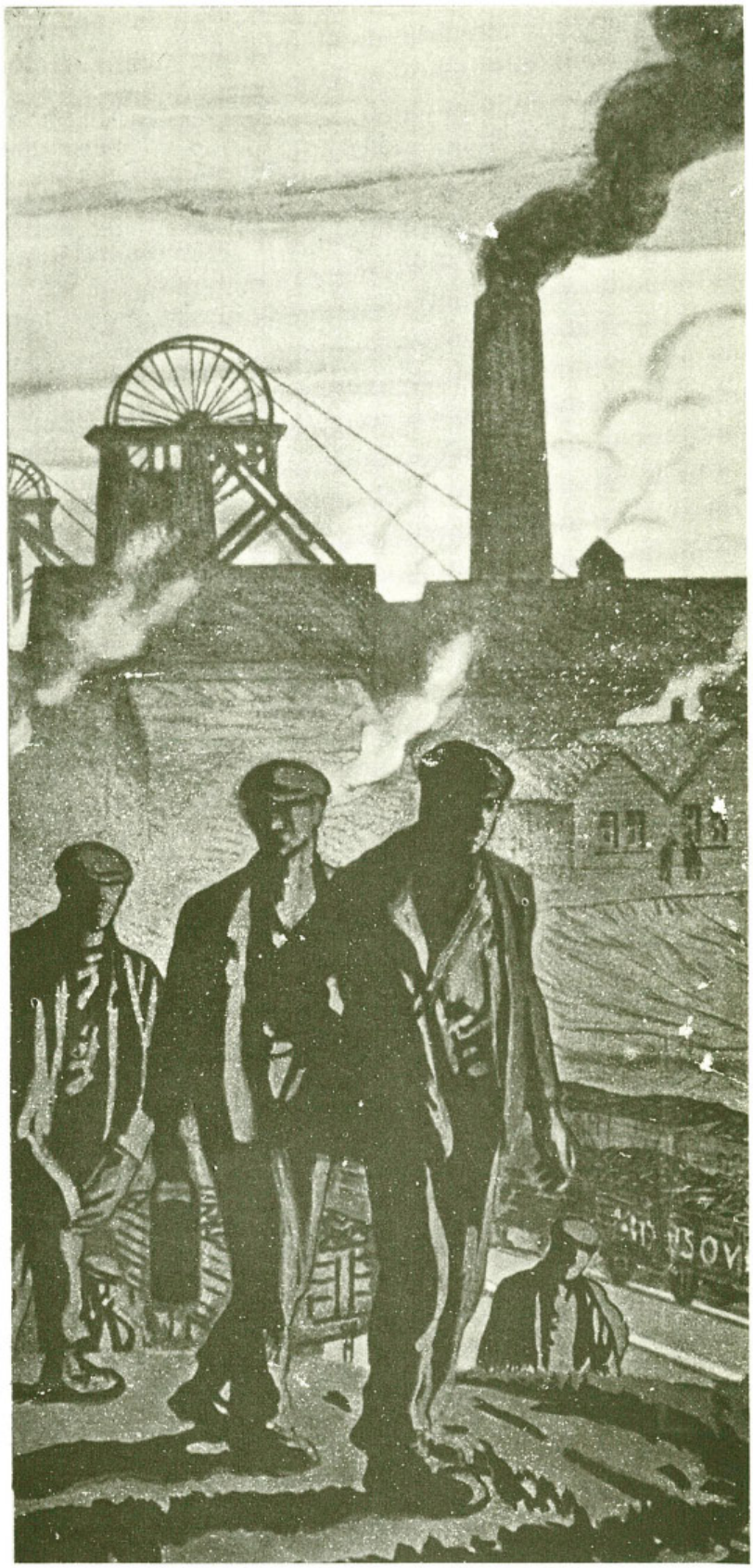
representantes operários "no seio da representação nacional (o parlamento) seria a expressão mais verdadeira do novo sistema de governo, isto é, dos grandes princípios da Escola democrática; seria a confraternização das classes, até então divididas, para o engradecimento da Pátria livre". (12) Noutra edição, o jornal garantiu que "o Partido Operário não significa governo dos operários, pois ele, devido à nossa má educação política, e aos preconceitos da sociedade em que temos vivido, não tem homens ilustres em grande número e nem pessoal técnico para assumir tão grande responsabilidade" (13)

Aliança com a burguesia para salvar o capitalismo

Finalmente, o outro grupo operário surgido em 1890 foi o Partido Operário organizado pelo tenente da marinha José Augusto Vinhaes. "Militar de idéias socializantes" (14), ele foi apoiado por Deodoro da Fonseca e conseguiu eleger-se deputado à Constituinte Republicana. Sua principal base política eram os ferroviários da Central do Brasil, e sua atuação reformista transparece no acordo que fez com o governo para atenuar o artigo do Código Penal que definia a greve como crime. No Congresso, ele acusou as República de esquecer as reivindicações operárias: "O povo está cansado de ser espezinhado. Tem o direito de exigir neste regime que se diz democrático que a lei seja igual pra todos, que não haja aqui uma justiça para o pobre e outra para o rico. E é exatamente porque não se faz esta justiça que ele pergunta e com toda a razão se está ou não em um país democrático que deve expandir o verdadeiro direito de igualdade" (15).

Outro grupo de reformistas que deve ser referido eram os positivistas, que defendiam a extensão dos direitos sociais à classe operária para "incorporar o proletariado à sociedade moderna", conforme exigia a doutrina comteana (16). Boris Fausto considera que tanto políticos como Vinhaes como os reformistas comteanos foram os antepassados dos trabalhistas, que emergiram na era operária após 1930, com a subida de Getúlio Vargas (que tinha uma sólida e rigorosa formação positivista) ao poder.

Além desses grupos, existiram em São Paulo o Centro Socialista de Santos, fundado em 1895 por Silvério Fontes, considerado o pioneiro do marxismo no Brasil, que defendia a luta tenaz "para que sejam



socialistas, representam o apoio social e principal dessas tendências oportunistas e são os veículos da influência burguesa sobre o proletariado" (7). Para esses, a legalidade é intocável e o parlamento o mais rápidos os efeitos do movimento evolucionista científico", que reorganize a nova sociedade, mas rejeita qualquer "agitação revolucionária", impraticáveis segundo eles no Brasil de então (17).

As limitações do Brasil de então foram também justificativa para o reformismo de outro grupo, organizado em torno de Antonio Piccarolo e de sua atividade jornalística (18). Militante socialista na Itália, Piccarolo veio ao Brasil para dirigir o jornal Avanti!, do Partido Socialista; ele defendia um programa reformista, fez a apologia da colaboração de classes, pedia o desenvolvimento do capitalismo, principalmente no campo, e foi contra as greves operárias e a revolução bolchevique.

Valorização do parlamento e duro combate às greves

Após 1902, os anarquistas tendem a ocupar a cena, assumindo a vanguarda do movimento operário da época. A atuação reformista continua, entretanto. Parlamentares "trabalhistas" como Nicanor Nascimento ou Maurício de Lacerda defendem, na Câmara dos Deputados, os direitos operários. Nicanor Nascimento disse na Câmara, durante a greve de 1917, que é útil aos proeltários "o contato com políticos, porque os seus interesses não são de natureza política. O que eles precisam é defender os interesses economicos de classe". Quando os políticos falham, diz ele, "dá-se o que agora se vê: estamos criando, determinando, a explosão dos impulsos violentos, e mais, colocando o operário sofredor, que relcama só o que é justo e honesto, ao serviço das paixões violentas dos agitadores e fanáticos que (...) aproveitam a exaltação das populações mais humildes e roubadas para produzierem abalos sociais desordenadores e, por vezes, anti-sociais" (19).

Maurício de Lacerda, na mesma ocasião, seguia o mesmo raciocínio, e pedia um estado que fosse o garantidor da ordem e da propreidade e o mediador, pelo reconhecimento das reclamações operárias e pela regulamentação dos problemas trabalhistas. "O Estado - disse ele num discurso de 17 7 1917 - tem de se colocar, se quiser paz social, como um mediador entre os interesses dos patrões, de um lado, e as reivindicações e interesses não menos legítimos dos operários, do outro. Se se colocar do ponto de vista patronal, só atendendo as suas vantagens ou desvantagens, provocará fatalmente o conflito, não entre o proletariado e o

Reformistas brasileiros criticaram a greve de 17 em São Paulo, dizendo que ela servia "as paixões violentas dos agitadores e fanáticos"

Trabalhadores cariocas exigem seus direitos na Constituinte de 34: pressão ao parlamento sem o abandono da mobilização da base

patrão, mas entre o proletariado e o próprio Estado, tornando aliado dos patrões na causa, e será responsável por uma grave agitação revolucionária" (20).

Na República Velha, portanto, o reformismo foi resultado seja de influências estrangeiras, seja da própria situação social e política do Brasil. O primeiro caso é vísivel na atuação de Antonio Piccarolo, que traz para o movimento operário brasileiro as disputas européias. No segundo caso, os primeiros partidos operários e socialistas são resultado da radicalização jacobina pequeno burguesa da primeira década republicana, em que os setores mais radicais na defesa da república preconizavam reformas sociais mais profundas e viam seja no Parlamento, seja na organização e educação do povo, o caminho para obtê-las (21). Essas correntes darão também origem aos trabalhistas que atuarão no movimento operário a partir dos anos 1930.

BIBLIOGRAFIA

1) Gozzi, Gustavo, verbete "Estado Contemporâneo", in Bobbio, Norberto, **Dicionário de Política**, Editora UnB, Brasília, 1986.

2) Welfare State: Estado de Bem Estar. Ver Regonini, Glória, verbete "Estado de Bem Estar", **Dicionário de Política**.

3) Engels, Friedrich, "En torno a la crítica del proyeto de programa socialdemocrata de 1891", citado por Lênin, **El marxismo y el Estado**, Editorial Progresso, Moscou, 1980, p. 11.

4) Idem, p. 20 e 21.

5) Luxemburgo, Rosa, "Reforma Social ou revolução", in **Textos escolhidos**, Editorial Estampa, Lisboa, 1977, p. 102.

6) Gruppi, Luciano, **O pensamento de Lênin**, Edições Graal, RJ, 1979, p. 119.

7) Idem, 118.

8) Idem, 116

9) Almeida, Angela Mendes, **A República de Weimar e a ascensão do nazismo**, Editora Brasiliense, SP, 1982, ps. 52 e 62.

10) Carone, Edgard, "Introdução ao Estudo do movimento operário no Brasil" (1877-1914), in **Ensaios de Opinião**, V. 10, Editora Paz e Terra, RJ, 1979.

11) Fausto, Bóris, **Trabalho Urbano e conflito social (1890-1920)**, Difel, RJ, 1977, p. 44.

12) Cerqueira Filho, Gisálio, **As influências das idéias socialistas no pensamento político brasileiro - 1890-1922**, SP, Edições Loyola, 1978, p.36.

13) Cerqueira Filho, p. 36-37

14) Fausto, p. 45.

15) idem, p. 46 e 47.

16) Idem, p.48.

17) Idem, p.98.

18) Hecker, Frederico Alexandre de Moraes, **Socialismo em São Paulo - A atuação de Antonio Piccarolo**, dissertação de mestrado em história social, USP, 1986, mimeo.

19) Gomes, Angela Maria de Castro, **Burguesia e Trabalho, política e legislação social no Brasil, 1917-1937**, Editora Campus, RJ, 1979, p. 70.

20) Idem, p. 72.

21) Ver Queiroz, Suely Robles Reis de, **Os Radicais da República**, Editora Brasiliense, SP, 1986.

CARTAS

"Revista ampla"

"Parabenizo os companheiros pela publicação da revista **Debate Sindical**. Ela traz para o seio da classe operária a discussão aprofundada de assuntos de grande interesse, tanto no campo sindical como nas questões políticas gerais. Lendo o número 3, também me chamou atenção a amplitude da revista que entrevistou constituintes de diversas correntes políticas". **(Renato Artur do Nascimento, secretário-geral do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro)**

Assinatura no ABC

"Solicitamos assinatura da revista Debate Sindical". **(Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de São Bernardo e Diadema)**.

Valor da história

"Para nós, recém eleitos para o sindicato, a revista Debate Sindical é um importante instrumento. Ela nos ajuda a aperfeiçoar o conhecimento sindical. Serve tanto para os dirigentes como para os ativistas da base. São de grande valor as matérias sobre a história das lutas dos trabalhadores. Através da experiência do passado podemos melhorar nossa pratica para o futuro". **(Eugênio Sávio Lobo, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Igarapé, Minas Gerais)**.

Linguagem fácil

"Venho parabenizar a equipe de jornalismo e redação do CES pela divulação da revista Debate Sindical - um órgão com opiniões e reportagens profundas e com uma linguagem de compreensão fácil pelos trabalhadores. Debate Sindical tem sido um instrumento de incentivo aos trabalhadores em busca de suas conquistas, ajudando na organização e mobilização para uma sociedade mais justa e socialista". **(Benjamin Ferreira de Barros, diretor do S.T.I. Energia Elétrica de São Paulo)**.

Divulgação fraca

A revista Debate Sindical veio para ficar. Pelo seu conteúdo e sua forma acessível, ela é uma importante arma nas mãos dos dirigentes e ativistas sindicais. Auxilia na construção de um sindicalismo classista, sem peleguismo, atraso e posições sectárias. Nas suas páginas temos um somatório de idéias, propostas e experiências que nos ajudam a construir um sindicato avançado. Infelizmente o trabalho de divulgação da revista ainda é pequeno . Nosso compromisso é ajudar a superar esssa debilidade". **(Adroaldo de Almeida, vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Caxias do Sul e região - Rio Grande do Sul)**.

Utilidade

"Queremos parabenizá-los pela iniciativa de criação dessa publicação, que com certeza será de grande utilidade para as entidades sindicais". **(Sindicato dos Protéticos Dentários do Estado de São Paulo)**.

Material do CES

"Solicitamos cópia do estatuto desse centro de estudos, a remesa de revistas e informativos elaborados pelo CES, bem como a assinatura anual da revista Debate Sindical. Ficamos ao inteiro dispor para fortalecermos a luta e organização dos trabalhadores". **(Sindicato dos Médicos do Estado da Paraíba)**.

Valiosa obra

Recebemos dessa entidade um número desta valiosa obra, a revista Debate Sindical, com o qual trabalhamos e já fizemos sete assinaturas". **(Genésio da Costa Nunes - Teresina - Piauí)**.

Federação Cristã

"Ao recebermos a revista Debate Sindical, entusiasmou-nos tanto as matérias nela publicadas que procuramos adquirir mais 11 exemplares que foram distribuídos entre os demais diretores para estudos e debates. Os sindicalistas estão de parabéns pois, através da Debate Sindical, a classe estará mais unida pela solidariedade e pela perfeita unidade, procurando realizar as aspirações justas dos trabalhadores. Votos de franco progresso para Debate Sindical". **(Federação de Trabalhadores Cristãos do Estado de São Paulo)**.

Na zona rural

"Solicitamos 50 revistas Debate Sindical". **(Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás)**.

Santa Catarina

"Agradecemos pelo recebimento da revista Debate Sindical. Aproveitamos para confirmar nosso interesse em continuar a recebê-la e colocamo-nos à disposição para auxiliar em sua divulgação dentro dessa Fundação". **(Fundação Educacional da Região de Joinville/SC)**.

Apostilas

"Através da revista Debate Sindical, tomamos conhecimento maior das atividades dessa entidade. Interessa-nos não só a assinatura da revista bem como as apostilas do curso básico de sindicalismo do CES". **(Beilton Freire da Rocha, secretário-geral do Sindicato dos Médicos de Pernambuco)**.

Deputados

"Solicitamos assinatura da revista Debate Sindical". **(Biblioteca Pedro Aleixo - Câmara dos Deputados - Brasília/DF)**

CAMPOS DO JORDÃO

construção habitacional utilizando madeira de reflorestamento

Campos do Jordão tem projeto habitacional para a população carente

empresa municipal de habitação

RUA MANOEL PEREIRA ALVES, N.º 250 — CAMPOS DO JORDÃO - SP

LEI N.º 1368/83 DE 26/07/83 — C. G. C. 51.615.532/0001-74

Constituinte Pra Valer

Tem Que Ter

camaçari

EQUIPE LUIZ CAETANO

O POVO NO PODER